

4 Análise dos dados

Neste capítulo procedemos à análise dos dados coletados nas duas partes da pesquisa. Para tanto, levamos em consideração os pressupostos teóricos e os conceitos operacionais tratados no capítulo 2. Na primeira fase da coleta de dados, fizemos as gravações em áudio em cima de quatro situações-problema (cf. 3.3) com oficiais da linha bélica do Exército Brasileiro (EB). Já na segunda fase, trabalhamos as enunciações de ordens coletadas na fase anterior em um questionário passado para vinte informantes: oficiais e praças da linha bélica do EB. Os dados deste questionário foram trabalhados de acordo com o teste do sinal (cf. 3.4). Após a observação das gravações em áudio com os militares do EB, pudemos elaborar uma classificação inédita do ato de fala ordem neste meio (cf. 2.4), que foi empregada na formulação e no trabalho dos dados do questionário.



Figura 6 – Classificação do ato diretivo ordem em subcategorias

Além da nossa proposta, para procedermos à análise de dados, precisamos recuperar alguns conceitos apresentados no capítulo 2. O primeiro é o de ato de fala (Searle, 1969 p.52):

Primeiramente, falar uma língua é analisar atos de fala como: fazer afirmações, dar ordens, fazer perguntas, fazer promessas [...]; em segundo lugar, esses atos em

geral se tornam possíveis graças à evidência de certas regras que regulam o emprego de certos elementos linguísticos, e é em conformidade com essas regras que eles se realizam.

Dentro da classificação de atos de fala proposta por Searle (1969), cabe lembrar que as ordens são classificadas como atos diretivos, cuja intenção é a de que o interlocutor faça algo. Para se dar uma ordem deve haver uma situação assimétrica de poder entre o emissor e o receptor. Aquele deve deter mais poder que este. Além disso, outras condições para o sucesso da execução da ordem são que o receptor deve ser capaz de executar a referida ordem; que o emissor realmente deseje que tal ordem seja executada; e que tal ordem já não tenha sido executada antes do evento da fala.

Logo, entendemos que para analisar as ordens precisamos, além de focar na forma linguística empregada – matriz com imperativo formal, imperativo informal, locuções verbais como marcadores deônticos, formas de tratamento, expressões formulaicas etc. (cf. 2.3), devemos focar na função, ou seja, em questões pragmáticas e de uso, pois a situação comunicativa determina as escolhas linguísticas que são feitas, ou seja, dependendo do contexto, da relação entre os participantes da interação e da intenção comunicativa, o enunciador fará certas escolhas estruturais. De acordo com Neves (1997, p. 71):

O modo, [...], representa a organização dos participantes na situação de fala. Por ele, o falante escolhe entre declarar, perguntar, ordenar, pedir, oferecer, confirmar, pedir confirmação, persuadir etc., isto é, por ele o falante define seu papel em relação ao interlocutor e à interlocução, todas essas opções relacionadas com a pretensão de um tipo de retorno, por exemplo, uma resposta linguística, ou uma resposta não-linguística. Por outro lado, o falante se insere na situação de fala compondo orações para as quais escolhe um sujeito que pode ser ele próprio (primeira pessoa), o ouvinte (segunda pessoa) ou nenhum dos interlocutores (não-pessoa, “terceira pessoa”).

De acordo com a escolha do sujeito, conforme afirmação acima de Neves (1997), entraremos na questão da indiretividade, diretividade, imposição e suavização analisada nas enunciações mais adiante e proposta na nossa classificação de tipos de ordem, já que cabe lembrar que a *face* – autoimagem pública aprovada por atributos sociais (Goffman 1971, p.88) – na teoria da Polidez de Brown e Levinson (1978; 1987), tem dois lados: a positiva, baseada no desejo do ser humano de ser aprovado e admirado; e a negativa, calcada no desejo de ter a individualidade respeitada. Dependendo da intenção do falante em uma

ordem, vão ser preservadas as faces do emissor e as do receptor, minimizando o *ato de ameaça à face* que a própria ordem impõe.

Vale também ressaltar que nas quatro situações-problema impostas aos informantes para as gravações das enunciações de ordens (cf. 3.2) levamos em conta variáveis baseadas em Brown e Levinson (1978, 1987) que influenciam na interação e na estratégia de polidez: *poder*, *distância social* e *risco*. *Poder* seria a relação hierárquica existente entre um superior que dá uma ordem e um subordinado que a recebe. Nas situações-problema 1 e 3 havia uma relação de poder alta; já nas situações 2 e 4, baixa.

A segunda variável levada em consideração nessa pesquisa foi a *distância social*, que não tem relação com classe social. Nas situações-problema 2 e 4 havia uma relação de proximidade alta, pois o emissor teria que dar uma ordem para um amigo; já nas situações 1 e 3, uma distância social alta, pois não nutriam relação de amizade, somente de trabalho, ou seja, de poder. E, por fim, o fator *risco*, que, segundo Brown e Levinson (1987), é entendido como a carga ou peso contextual/cultural do conteúdo do enunciado entre os participantes da interação como um possível AAF, isto é, um fator de risco. Nas situações-problema 1 e 2 estava presente como risco o fator pressa, urgência na execução da ordem quando se tratava de algo referente aos preparativos de uma cerimônia militar no quartel; já as situações 3 e 4 não demandavam urgência como nas outras duas e tratavam de rotina militar.

A partir dessas visões, conjugando fatores linguísticos formais com fatores pragmático-funcionais e interacionais, partimos para uma análise mais precisa das ordens, pois estas aparecem em certo contexto situacional com uma determinada função, a partir da qual se constrói a estrutura linguística enunciada.

Portanto, a seguir, analisamos e discutimos o resultado do questionário que trata da escolha do tipo de ordem por situação-problema. Os enunciados desse questionário foram retirados das gravações em áudio (cf. cap. 3), corroborando para a comprovação ou refutação das nossas hipóteses iniciais propostas no capítulo 1. Depois, partimos para a descrição de todas as estruturas de sentenças com intenção de ordem encontradas nas gravações em áudio das situações-problema. Esses enunciados foram classificados e descritos de acordo com a nossa proposta, tendo sido elaborado um quadro sinótico para cada um dos quatro tipos de ato central da ordem. Ainda nesta seção, partimos para a descrição dos atos

subordinados encontrados. Por último, finalizamos com as conclusões da análise dos dados.

4.1. Análise e discussão dos tipos de ordem

Nesta seção vamos discutir e analisar os dados obtidos no questionário (cf. APÊNDICE 4). Conforme explicado no capítulo sobre a metodologia, capítulo 3, esse questionário foi passado a um grupo de vinte informantes – oficiais, subtenentes e sargentos da linha bélica do Exército Brasileiro – que estavam realizando um curso intensivo de língua espanhola entre os meses de maio e julho de 2014 no CEP/FDC. Os informantes serviam em diferentes quartéis do Brasil e estavam designados para missão em algum país de língua espanhola, por isso faziam tal curso de preparação linguística.

Informantes	Posto/Grad	Faixa Etária	Tempo de Serviço
1	Ten Cel	41-50	26 anos
2	Ten Cel	41-50	24 anos
3	Maj	31-40	22 anos
4	Maj	41-50	22 anos
5	Maj	41-50	24 anos
6	Maj	31-40	24 anos
7	Maj	41-50	22 anos
8	Maj	41-50	23 anos
9	Cap	20-30	11 anos
10	Cap	31-40	16 anos
11	Cap	31-40	14 anos
12	Cap	31-40	15 anos
13	Cap	31-40	15 anos
14	Cap	31-40	15 anos
15	Cap	31-40	15 anos
16	Cap	31-40	14 anos
17	ST	41-50	25 anos
18	ST	41-50	26 anos
19	1º Sgt	31-40	20 anos
20	2º Sgt	31-40	19 anos

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 3 - Dados dos informantes do questionário

O questionário foi montado de acordo com as quatro situações-problema das gravações, levando-se em consideração as variáveis *distancia de poder*, *distância*

social e o fator contextual *urgência*. As situações sofreram pequenas adaptações como a retirada do contexto de ordem de cerimônia no quartel ou de rotina militar, pois nesta fase utilizamos as mesmas seis opções de enunciações em todas as situações, a fim de que o informante pudesse marcar qual usaria e qual não enunciaria e pudéssemos ter um parâmetro de comparação. Essas seis sentenças (cf. cap. 3) foram retiradas das transcrições e para essa escolha foi levado em consideração a nossa proposta de classificação: dois exemplos de ordem direta impositiva; dois de ordem indireta impositiva; e dois de ordem indireta suavizada. Não figurou nenhum exemplo de ordem direta suavizada, pois não foi encontrada no *corpus* nenhuma sentença com a estrutura verbal diferenciada para esta categoria. Esta se utiliza da mesma estrutura verbal da ordem direta impositiva com suavizadores no próprio ato central.

Marque um X na resposta que julgar mais adequada:

(I) Imagine-se dando uma ordem a um subordinado. Esta ordem é urgente. **Atenção:** Existe uma grande distância hierárquica entre superior e subordinado.

Como falaria nesse caso?

1. Silva, faça isso.
2. Silva, pega lá aquele documento para mim.
3. Eu quero que você, /.../, faça com que a sua equipe resolva esse problema...
4. Silva, você vai pegar a sua equipe, vai entrar nas viaturas.
5. Silva, /.../ eu gostaria que você observasse as diretrizes que foram emitidas /.../
6. Ô, Silva, você pode fazer esse ofício para mim?

Qual alternativa não usaria nessa situação?

1 2 3 4 5 6

Por quê?

- Muito impositiva
 Impositiva
 Suavizada
 Muito suavizada

(II) Imagine-se como um superior dando uma ordem a um militar da mesma patente que a sua. Esta ordem é urgente. **Atenção:** Os dois militares trabalham juntos há muito tempo e são amigos.

Como falaria nesse caso?

1. Silva, faça isso.
2. Silva, pega lá aquele documento para mim.
3. Eu quero que você, /.../, faça com que a sua equipe resolva esse problema...
4. Silva, você vai pegar a sua equipe, vai entrar nas viaturas.
5. Silva, /.../ eu gostaria que você observasse as diretrizes que foram emitidas /.../
6. Ô, Silva, você pode fazer esse ofício para mim?

Qual alternativa não usaria nessa situação?

1 2 3 4 5 6

Por quê?

- Muito impositiva
 Impositiva
 Suavizada
 Muito suavizada

(III) Imagine-se dando uma ordem a um subordinado. Agora, esta ordem **não** demanda urgência. **Atenção:** Existe uma grande distância hierárquica entre superior e subordinado.

Como falaria nesse caso?

- Silva, faça isso.
- Silva, pega lá aquele documento para mim.
- Eu quero que você, /.../, faça com que a sua equipe resolva esse problema...
- Silva, você vai pegar a sua equipe, vai entrar nas viaturas.
- Silva, /.../ eu gostaria que você observasse as diretrizes que foram emitidas /.../
- Ô, Silva, você pode fazer esse ofício para mim?

Qual alternativa não usaria nessa situação?
 1 2 3 4 5 6

Por quê?

Muito impositiva
 Impositiva
 Suavizada
 Muito suavizada

(IV) Imagine-se como um superior dando uma ordem a um militar da mesma patente que a sua. Agora, esta ordem **não** demanda urgência. **Atenção:** Os dois militares trabalham juntos há muito tempo e são amigos.

Como falaria nesse caso?

- Silva, faça isso.
- Silva, pega lá aquele documento para mim.
- Eu quero que você, /.../, faça com que a sua equipe resolva esse problema...
- Silva, você vai pegar a sua equipe, vai entrar nas viaturas.
- Silva, /.../ eu gostaria que você observasse as diretrizes que foram emitidas /.../
- Ô, Silva, você pode fazer esse ofício para mim?

Qual alternativa não usaria nessa situação?
 1 2 3 4 5 6

Por quê?

Muito impositiva
 Impositiva
 Suavizada
 Muito suavizada

Quadro 4 - Proposta de questionário

Conforme observado na proposta do questionário, na situação I a ordem é urgente e existe grande distância hierárquica entre superior e subordinado; na situação II a ordem é urgente e existe pequena distância hierárquica entre superior e subordinado, além de uma relação de amizade entre eles; na situação III a ordem não é urgente e existe grande distância hierárquica entre superior e subordinado; e na situação IV a ordem não é urgente e existe pequena distância hierárquica entre superior e subordinado. Quanto às seis opções de respostas, elas estão agrupadas duas a duas desde o tipo direto impositivo até o indireto suavizado:

Tipo de ordem	Opção do questionário	Estrutura linguística	Função	Intenção
Direta impositiva	(1) Silva, <u>faça</u> isso.	Imperativo formal. Sujeito “você”.	Ordem	Ordem
	(2) Silva, <u>pega</u> lá aquele documento para mim.	Presente do indicativo - Imperativo	Ordem	Ordem

		informal. Sujeito “você”.		
Indireta impositiva	(3) Eu quero que você, /.../, <u>faça</u> com que a sua equipe <u>resolva</u> esse problema...	Matriz com verbo volitivo <u>querer</u> na 1ª pess. sing. presente Ind., levando subordinada para o presente do Subjuntivo. Sujeito “eu”.	Manifestação de um desejo autoritário	Ordem
	(4) Silva, você <u>vai</u> <u>pegar</u> a sua equipe, <u>vai</u> <u>entrar</u> nas viaturas.	Locução verbal que indica ação futura Ir (presente indicativo) + infinitivo. Sujeito “você”.	Constatação de um evento futuro obrigatório para o ouvinte.	Ordem
Indireta suavizada	(5) Silva, /.../ eu <u>gostaria</u> que você <u>observasse</u> as diretrizes que foram emitidas /.../	Matriz com verbo volitivo <u>querer</u> na 1ª pess. sing. futuro do pretérito, levando subordinada para o Imperfeito do Subjuntivo. Sujeito “eu”.	Manifestação de um desejo suavizado – marcador de cortesia (Fut. Pret.).	Ordem
	(6) Ô, Silva, você <u>pode</u> <u>fazer</u> esse ofício para mim?	Frase interrogativa utilizando locução verbal com Poder (presente indicativo) + infinitivo. Sujeito “você”.	Pergunta, denotando um ato ilocucionário indireto de pedido.	Ordem

Quadro 5 – Distribuição e explicação das opções de sentenças do questionário.

Como mencionado em 3.4, para esta análise foi utilizado um teste não-paramétrico para pequenas amostras chamado teste do sinal, que testa a dependência/independência em pesquisas qualitativas, ou seja, resultados qualitativos do tipo “aceitação” ou “rejeição”. Em resumo, é um teste que a área da estatística utiliza para as ciências do comportamento e que contribuiu para comparar, comprovar ou rejeitar as nossas hipóteses. O resultado das ordens que os militares usariam em cada uma das quatro situações-problema propostas, como mostrado em 3.4, foi o seguinte:

Teste de Hipótese	Teste do sinal (P-valor)	Decisão
1	0,07	Não se pode rejeitar H0
2	0,50	Não se pode rejeitar H0
3	0,11	Não se pode rejeitar H0
4	0,01	Rejeita-se H0

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA¹⁵

Quadro 6 – Retomada do resultado do Teste do Sinal

Nas próximas seções discutimos os resultados do questionário e analisamos os dados de cada um dos quatro testes de hipóteses.

4.1.1. Teste de hipóteses 1

No primeiro teste empregado temos: a hipótese nula - H0 - os subordinados com pequena distância hierárquica e os com grande distância hierárquica recebem o mesmo tipo de ordem quando a situação é urgente; e a hipótese alternativa - H1 - os subordinados com pequena distância hierárquica recebem ordem mais suavizada que os de grande distância hierárquica, quando a situação é urgente. Cabe ressaltar que nas situações propostas os subordinados de pequena distância hierárquica nutriam também uma relação de grande proximidade social com o superior, pois eram amigos.

O resultado apontado, 0,07, mostra que não se pode considerar que exista diferença entre o tipo de ordem utilizado para os dois grupos. No entanto, observemos que o valor do teste 1 é de 7%, bem próximo ao limite de tolerância que é de 5%. Podemos afirmar que a resposta para este teste é quase no limiar, mas com tendência para não se rejeitar H0. Esse resultado refuta a nossa hipótese inicial (cf. cap. 1), pois pensávamos que *os subordinados com pequena distância hierárquica receberiam ordem mais suavizada que os de grande distância hierárquica, quando a situação era urgente*. Com isso, podemos afirmar que o fator mais importante aqui foi a urgência da ordem, em detrimento da distância hierárquica e da proximidade social.

Com relação às sentenças que os informantes usaram nessa primeira comparação, temos a seguir dois quadros. O primeiro se refere às ordens

¹⁵ Obs.: Critério de decisão para p-valor maior que 0,05, não se pode rejeitar H0. Acreditamos que este valor estipulado de 5% foi suficiente para aceitação/rejeição de H0 (cf. 3.4).

escolhidas agrupadas por tipo, segundo a nossa classificação e o segundo quadro se refere a cada sentença escolhida dentre as seis opções oferecidas no questionário:

Tipo de ordem	Situação urgente	
	Grande distância hierárquica	Pequena distância hierárquica
1	8	4
2	7	4
3	5	12

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 7 – Comparação do primeiro teste por tipo de ordem usado

Ordens	Situação urgente	
	Grande distância hierárquica	Pequena distância hierárquica
1	5	1
2	3	3
3	1	2
4	6	2
5	1	2
6	4	10

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 8 – Comparação do primeiro teste por sentença de ordem usada

Como pudemos constatar, no que tange ao primeiro teste, comparação entre grande distância hierárquica e pequena distância hierárquica quando a situação é urgente, para o grupo de pequena distância hierárquica e grande proximidade o tipo de ordem mais escolhido com 12 respostas foi o tipo 3 – indireto suavizado, tendo a sentença número 6, *Ô, Silva, você pode fazer esse ofício para mim?*- ordem em forma de pergunta por meio da locução verbal com “poder (presente indicativo) + infinitivo” e sujeito “você” como a mais escolhida com 10 respostas.

Já o resultado do tipo de ordem para o grupo com grande distância hierárquica ficou equilibrado e bem distribuído, não havendo uma predominância de escolha clara. No entanto, é importante destacar no quadro 8 que para ordens com grande distância hierárquica envolvendo urgência 5 informantes responderam que usariam a sentença 1 – direta impositiva com o imperativo - *Silva, faça isso* - e 6 responderam que usariam a sentença 4 – indireta impositiva com a locução verbal que denota a obrigatoriedade de uma ação futura executada pelo ouvinte - *Silva, você vai pegar a sua equipe, vai entrar nas viaturas*. Isso nos leva a inferir que, em uma ordem a um subordinado muito mais moderno em situação de

urgência, muitos superiores optam por serem claros e não fazerem rodeios, o que não implicaria em uma inferência muito grande. Logo, utilizariam a ordem direta impositiva ou indireta impositiva, em detrimento da indireta suavizada, corroborando para o Princípio da Cooperação de Grice (1967) no que se refere à máxima da quantidade, que preconiza que a sua contribuição seja tão informativa quanto requerida, além de obedecer à regra de ser claro na enunciação, regra de competência pragmática postulada por Lakoff (1973).

Esse enfoque por sentença e por tipo de ordem escolhido esclarece o resultado apontado no teste do sinal de 0,07, muito próximo à tolerância de 0,05, pois as 12 respostas para o tipo de ordem 3 para o grupo com pequena distância hierárquica puxa o teste quase para o limiar. No entanto, como já mencionado anteriormente, esse valor não foi suficiente para que rejeitássemos H_0 e comprovássemos a nossa hipótese inicial de que *os subordinados com pequena distância hierárquica receberiam ordem mais suavizada que os de grande distância hierárquica, quando a situação é urgente*.

Porém, as 10 respostas para a sentença número 6, ordem por meio de pergunta, denotando um ato ilocucionário indireto de pedido em forma interrogativa - *Ô, Silva, você pode fazer esse ofício para mim?*-, nos leva a pensar que esses informantes escolheram essa resposta para enunciá-la a um subordinado de mesma patente com quem nutre uma relação de amizade mesmo que a situação envolva pressão, porque queriam fazer um trabalho de gestão da face, ou seja, de preservar a sua face positiva, suavizando o autoritarismo emanado por uma ordem direta, além de preservar a face negativa do subordinado, dando uma pretensa opção de execução ou não da ordem. Sendo assim, essa escolha corrobora para a regra postulada por Lakoff (1973) de ser polido, pois este tipo de enunciação confirma as sub-regras de não impor e a de dar opções. Apesar de essas sub-regras terem sido propostas para um contexto de situações formais de fala, cujo distanciamento é maior, vemos que nesse grupo social estudado ocorre o contrário, quanto mais próximo, mais uma pretensa opção é dada.

Segundo Brown e Levinson (1978; 1987), por meio desse enunciado interrogativo foi usado um mecanismo de polidez negativa que ofereceu ao ouvinte uma “opção”, protegendo a face negativa do outro ao respeitá-lo e ao fazê-lo com que não se sentisse coagido. Isso ocorreu por meio de um ato realizado indiretamente, pois a intenção ilocucionária principal que é a ordem, não

se pôde ser atribuída de uma maneira clara pela estrutura do enunciado em forma de pergunta que tem a função de um pedido. Esse entendimento vai depender do gatilho inferencial no receptor, que partilha de convenções por pertencer ao mesmo grupo social do emissor. Essas convenções comportamentais fazem parte do que Bennett (1998) chamou de cultura subjetiva e do que Peterson (2004) denominou cultura invisível (cf. cap 2).

Como o brasileiro faz parte de uma cultura de alto contexto Hall (1998) (cf. 2.1.1), a informação de que se tratava de uma ordem não estava explícita no discurso, mas na atitude do interlocutor por meio da indiretividade e da mitigação do discurso. A responsabilidade, então, da compreensão do ato foi passada para o ouvinte. Essa escolha se tornou interessante para o locutor, a partir do momento que este sentiu que o ato conversacional colocava em risco o princípio da preservação da face, como o próprio relato do informante brasileiro 6 na gravação da situação 4 ilustra:

Mas quando eu falo isso ‘pra’ ele, ele sabe que eu estou dando ‘pra’ ele uma ordem, ou seja, na realidade é como se eu estivesse pedindo um favor ‘pra’ ele, mas como a gente já é próximo, trabalha junto, então, não é tão direto, ‘né?’ e ele já tem um entendimento que aquilo na realidade não é ‘pra’ se ele quiser fazer. Tem que fazer, mas eu peço como se ele tivesse opção. (cf. APÊNDICE 3)

Se compararmos também os dados desta mesma situação - urgência para os subordinados de grande distância hierárquica e de pequena distância hierárquica com grande proximidade - os informantes não usariam:

Tipo de ordem	Situação urgente	
	Grande distância hierárquica	Pequena distância hierárquica
1	6	14
2	0	0
3	14	6

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 9 – Comparação do primeiro teste por tipo de ordem não usado

Ordens	Situação urgente	
	Grande distância hierárquica	Pequena distância hierárquica
1	6	13
2	0	1
3	0	0
4	0	0
5	8	4
6	6	2

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 10 – Comparação do primeiro teste por sentença de ordem não usada

Nesses quadros podemos verificar que os informantes responderam que não usariam o tipo de ordem 1 – ordem direta impositiva - nem o tipo de ordem 3 – ordem indireta suavizada, tanto para grande distância hierárquica (6 e 14 respostas, respectivamente) como para pequena distância hierárquica (14 e 6 respostas, respectivamente, quantitativo inverso). Quanto a essas respostas, foi curioso encontrar o quantitativo inverso para pequena e grande distância hierárquica. Para grande distância hierárquica 14 informantes responderam que não usariam o tipo de ordem 3 – indireta suavizada – *Silva, /.../ eu gostaria que você observasse as diretrizes que foram emitidas /.../;* e *Ô, Silva, você pode fazer esse ofício para mim?*, pela questão da urgência da situação, além da grande distância de poder envolvida, como ilustra o relato da gravação do informante 3 para a situação 1:

Nesse caso aqui, normalmente quando você está numa organização de uma formatura, numa cerimônia, você está apurado. A situação é uma situação em que você está com várias atribuições e as coisas têm que funcionar e seus subordinados também estão correndo atrás de resolver as coisas que você falou “pra” eles fazerem, ‘né’? Então, a ordem continua sendo mais direta¹⁶ ainda, ‘né’? Para que eles cumpram as missões, já que eles estão participando da organização dessa cerimônia e dessa formatura. (cf. APÊNDICE 3)

Logo, para que não haja dúvidas e a ordem seja entendida claramente como se deseja, o normal seria refutar o tipo de ordem indireta suavizada que oferece a pretensa opção para o ouvinte.

No entanto, os outros 6 informantes para a situação que envolve urgência e grande distância hierárquica responderam que não usariam o tipo de ordem 1 – direta impositiva por meio da enunciação da sentença com o imperativo formal – *Silva, faça isso*; assim como 13 dos 20 informantes para a situação que envolve urgência e pequena distância hierárquica, além de grande proximidade.

Isso se deve ao fato a que Meyer (1999, p.6) faz referência: “No português [...], o emprego da forma imperativa para ordens, pedidos e sugestões representa uma atitude demasiadamente autoritária, desprovida de polidez”. Meyer (1999) prossegue afirmando que se prefere, em substituição ao Imperativo, a forma do presente do indicativo como uma estratégia de polidez, isto é, como uma forma não tão autoritária de dar uma ordem direta. Realmente, podemos comprovar esse fato quando verificamos no quadro 10 que ninguém deixaria de usar a sentença 2 -

¹⁶ Este informante usa o termo “direta” no sentido de “clara”, “sem rodeios”.

Silva, pega lá aquele documento para mim (ordem direta impositiva, mas com o presente do indicativo) – em ordens para subordinados com grande distância hierárquica em situação de urgência e somente 1 informante deixaria de usar essa sentença em ordens para subordinados com pequena distância hierárquica e grande proximidade em situações de urgência. Ainda com relação a esta última situação, constatamos que os outros 6 informantes responderam que não enunciariam o tipo de ordem 3 – indireta suavizada. Julgamos que esse fato se deve ao fator urgência da situação, que priorizaria a diretividade da mensagem em detrimento às estratégias de polidez como a mitigação e a indiretividade para a preservação da face, conforme relato na gravação do informante 3 para a segunda situação:

Na minha opinião, também seria direto, mas não tão direto [como] quando você está dando ali [ordem] para os soldados que estão ali cumprindo aquelas missões de organização. [...] Sem rodeios e sem muitas palavras de cortesia por estar na situação de ter que me expressar rapidamente e resolver outras coisas. (cf. APÊNDICE 3)

Essas respostas também refletem outra questão interessante, pois quando perguntado o contrário, com o foco no que não usariam, ninguém respondeu que não enunciaria as ordens do tipo 2 – ordens indiretas impositivas, demonstrando que em uma situação de urgência os informantes não teriam melindre em enunciar uma ordem de uma maneira impositiva, por meio de um ato indireto convencionalmente culturalmente como uma ordem.

Vale ressaltar que no ato indireto convencional em um determinado grupo social, segundo Kerbrat-Orecchioni (2005), o valor derivado suplanta o valor literal, isto é, nas sentenças 3 e 4, referentes ao tipo de ordem 2, o valor de ordem suplanta os valores de um desejo autoritário e a constatação de um evento futuro obrigatório, respectivamente. Essas duas sentenças foram enunciadas sem rodeios, sem suavização, impositivamente, *bald on-record*, segundo Brown e Levinson (1987), apesar de ser um ato ilocutório indireto convencionalmente como ordem em nossa sociedade.

Podemos ressaltar que as respostas ao item sobre a sentença que não usariam nessa situação corroboram para a confirmação da hipótese nula do teste 1, pois não houve diferença entre o tipo de ordem na situação de urgência, independente da distância hierárquica e da proximidade, somente algumas nuances comentadas anteriormente nesta seção.

4.1.2. Teste de hipóteses 2

No segundo teste de hipóteses empregado temos: H0 - as ordens em situação sem urgência e em situação com urgência são do mesmo tipo, quando são direcionadas a subordinados com grande distância hierárquica; e H1 - as ordens em situação sem urgência são mais suavizadas que as ordens em situação com urgência, quando são direcionadas a subordinados com grande distância hierárquica. Neste caso, conforme quadro 6 do item 4.1, o resultado apontado de 0,50 mostra que não se pode rejeitar H0. Este valor é considerado bem alto para o teste, 50%, o que confirma a observação de um empate entre o fator urgência e sem urgência para ordens a subordinados com grande distância social. Logo, não existe diferença entre o tipo de ordem usado para este grupo. Esse resultado confirma a nossa hipótese inicial (cf. cap. 1), pois realmente pensávamos inicialmente que *as ordens em situação sem urgência e em situação com urgência seriam do mesmo tipo, quando fossem direcionadas a subordinados com grande distância hierárquica*. Com isso, podemos afirmar que o fator mais importante aqui foi a questão da grande distância hierárquica entre o superior e o subordinado em detrimento da urgência da ordem.

Com relação às sentenças que os informantes usaram nessa segunda comparação temos a seguir dois quadros. O primeiro se refere às ordens escolhidas agrupadas por tipo, segundo a nossa classificação e o segundo quadro se refere a cada sentença escolhida dentre as seis opções oferecidas no questionário:

Tipo de ordem	Situação urgente	Situação não é urgente
	Grande distância hierárquica	
1	8	6
2	7	8
3	5	6

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 11 – Comparação do segundo teste por tipo de ordem usado

Ordens	Situação urgente	Situação não é urgente
	Grande distância hierárquica	
1	5	0
2	3	6
3	1	4
4	6	4
5	1	1
6	4	5

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 12 – Comparação do segundo teste por sentença de ordem usada

Como pudemos constatar, no que tange à comparação do segundo teste de hipótese, houve um equilíbrio quanto ao tipo de ordem escolhido para essas duas situações. No entanto, se levarmos em consideração o quadro 12, podemos comparar algumas escolhas interessantes com relação a cada sentença de ordem.

Na situação de urgência, 5 informantes escolheram a sentença 1 – ordem direta impositiva com o imperativo - *Silva, faça isso* – mas ninguém escolheu essa opção na situação de não urgência. Em compensação, quando a ordem não era urgente, 6 responderam que usariam a sentença 2 – ordem direta impositiva com o presente do indicativo - *Silva, pega lá aquele documento para mim* –, em detrimento a 3 informantes na situação com urgência. Isso nos leva a inferir que em uma ordem a um subordinado muito mais moderno, quando temos o fator urgência neste meio está consentido o que Brown e Levinson (1987) chamaram de sentença “*bald on-record*”, ou seja, fazer a ordem diretamente, sem mitigação e sem estratégias de polidez de preservação da face. Isso nos remete à afirmação de Mills (2003) de que na interação com o outro, os atos considerados “impolidos” demonstram o grau de solidariedade entre os interlocutores e a percepção de diferença de *status* existente. Além disso, em um determinado grupo social as regras do que é apropriado são negociadas, não havendo, portanto, problemas de impolidez na emissão de uma ordem impositiva em situação de urgência para subordinados de grande distância hierárquica. Isso seria justificável pela pressa.

Já em situação de não urgência, mesmo em ordens para subordinados muito mais modernos, nenhum superior afirmou que utilizaria o imperativo formal, pois passaria por autoritário, perdendo a face. Neste caso, 6 informantes responderam que se utilizariam do presente do indicativo. Conforme já mencionado no item 4.1.1, segundo Meyer (1999, p.6) no português do Rio de Janeiro e,

acrescentamos de grande parte do Brasil, o emprego da forma imperativa soa como autoritário e tende a ser substituído pela forma do presente do indicativo. Essa escolha é uma maneira de amenizar, em certo grau, o autoritarismo da ordem, sem deixar de ser classificada, a nosso ver, como uma ordem direta impositiva, pois continua sendo *bald on-record*, já que o mais importante é o conteúdo em detrimento do trabalho de gestão da face.

Com relação à ordem indireta suavizada, assim como em 4.1.1, constatamos que foi evitada no questionário a escolha da estrutura com a matriz de verbo volitivo querer na 1ª pessoa do singular do futuro do pretérito, levando a subordinada para o imperfeito do subjuntivo – sentença 5 - *Silva, /.../ eu gostaria que você observasse as diretrizes que foram emitidas /.../*. Julgamos que isso tenha ocorrido – 1 resposta somente nas duas situações -, pois se trata de um marcador de muita cortesia para uma ordem a um subordinado muito mais moderno, independentemente da pressa, além de requerer muita inferência do interlocutor. Nesta situação preferiu-se obedecer à máxima da quantidade de Grice (1967) e, principalmente, a regra postulada por Lakoff (1973) de um enunciado dever ser claro, neste caso, uma ordem.

Para ilustrar melhor, na comparação dos dados das situações com urgência e sem urgência aos subordinados de grande distância hierárquica, os informantes responderam que não usariam:

Tipo de ordem	Situação urgente	Situação não é urgente
	Grande distância hierárquica	
1	6	10
2	0	1
3	14	9

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 13 – Comparação do segundo teste por tipo de ordem não usado

Ordens	Situação urgente	Situação não é urgente
	Grande distância hierárquica	
1	6	10
2	0	0
3	0	0
4	0	1
5	8	6
6	6	3

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 14 – Comparação do segundo teste por sentença de ordem não usada

No quadro 14 verificamos que os informantes deixaram de marcar as ordens 2, 3 e 4 nas duas situações, ou recebeu apenas uma resposta, caso da sentença 3 em situação sem urgência. A ordem 2 é do tipo direta impositiva com o verbo no presente do indicativo - *Silva, pega lá aquele documento para mim* -, as ordens 3 e 4 são do tipo indireta impositiva - (3) *Eu quero que você, /.../, faça com que a sua equipe resolva esse problema...* -; e (4) *Silva, você vai pegar a sua equipe, vai entrar nas viaturas*. A sentença número 3 tem a matriz com verbo volitivo querer na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, levando subordinada para o presente do subjuntivo, expressando um desejo autoritário que deve ser cumprido pelo ouvinte; e a sentença número 4 tem uma locução verbal que indica ação futura - Ir (presente indicativo) + infinitivo-, expressando uma constatação de um evento futuro obrigatório para o interlocutor.

Isso aponta para uma tendência da ordem a um subordinado de grande distância hierárquica, seja em situação de urgência seja de não urgência, ao uso do presente do indicativo; do futuro imediato obrigatório ao receptor; ou do modalizador deôntico de volição que apresenta o conteúdo como um desejo do enunciador, reforçando a autoridade deste e o dever de cumprimento do referido desejo pelo outro, se existe relação de poder envolvida. Tal fato corrobora para a comprovação de nossa hipótese inicial de que *as ordens para militares com grande distância social e grande distância hierárquica possuem elementos impositivos na enunciação*. (cf. cap. 1).

No caso das sentenças 3 e 4, chamamos de ordens indiretas convencionais, pois, segundo Kerbrat-Orecchioni (2005), o valor derivado ordem suplanta o valor literal, neste caso, desejo autoritário na sentença 3 e constatação de um evento futuro na sentença 4. Além disso, o fato de os informantes não haverem marcado as ordens impositivas, com exceção da que faz uso do imperativo formal, demonstra que, independentemente da urgência, os informantes no meio militar não veem como autoritário o uso de ordens representadas pelas sentenças 2, 3 e 4, como ilustra o relato na gravação do informante 5 na situação 3:

Então, para dar uma ordem para um militar bem mais moderno, primeiro tem que ser uma ordem direta, explicar o que você quer e depois, explicar essa ordem. Devido à diferença de conhecimentos militares, por exemplo, entre um coronel e um tenente, que não tem EsAO e ECEME, então tem que explicar o que realmente você quer. Por exemplo, chamo um tenente. Vou dar uma ordem direta para ele fazer uma patrulha numa cidade, num determinado bairro, numa determinada rua.

[...] Ou seja, depois de passar a ordem direta, tem que passar os mínimos detalhes para que não tenha dúvida no cumprimento da missão. (cf. APÊNDICE 3)

Por meio desse relato, podemos fazer uma relação com a tendência cultural do brasileiro à evitação da incerteza de Hofstede (2010) (cf. 2.1.7), pois nesse caso não está permitida a incerteza, a ambiguidade e se tenta evitar, por meio de instruções claras e impositivas, situações inesperadas.

Podemos afirmar que as observações das respostas por item e por tipo de ordem que os informantes usariam e não usariam corroboram para a confirmação da hipótese nula do teste 2, pois não houve diferença entre o tipo de ordem em situação de urgência e não urgência em contexto de grande distância hierárquica, mas somente algumas nuances interessantes, comentadas nesta seção. Além disso, corroborou também para a comprovação da hipótese de que ordens para militares com grande distância hierárquica possuem elementos impositivos na enunciação.

4.1.3. Teste de hipóteses 3

No terceiro teste de hipóteses empregado temos: H0 - as ordens em situação sem urgência e em situação com urgência são do mesmo tipo, quando são direcionadas a subordinados com pequena distância hierárquica; e H1 - as ordens em situação sem urgência são mais suavizadas que as ordens em situação com urgência, quando são direcionadas a subordinados com pequena distância hierárquica. Cabe ressaltar que quando se trata de pequena distância hierárquica nas situações propostas, também existe o fator alta proximidade social, pois superior e subordinado nutrem uma relação de amizade.

Neste caso, conforme quadro 6 do item 4.1, o resultado apontado de 0,11 mostra que não se pode rejeitar H0, confirmando a nossa hipótese inicial (cf. cap. 1) de que *as ordens em situação sem urgência e em situação com urgência são do mesmo tipo, quando são direcionadas a subordinados com pequena distância hierárquica*. Com isso, podemos afirmar que o fator mais importante aqui foi a questão da baixa distância de poder, além da proximidade social, entre o superior e o subordinado, em detrimento da urgência da ordem.

Com relação às sentenças que os informantes usaram nessa terceira comparação temos a seguir dois quadros. O primeiro se refere às ordens

escolhidas agrupadas por tipo, segundo a nossa classificação e o segundo quadro se refere a cada sentença escolhida dentre as seis opções oferecidas no questionário:

Tipo de ordem	Situação urgente	Situação não é urgente
	Pequena distância hierárquica	
1	4	1
2	4	3
3	12	16

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 15 – Comparação do terceiro teste por tipo de ordem usado

Ordens	Situação urgente	Situação não é urgente
	Pequena distância hierárquica	
1	1	0
2	3	1
3	2	2
4	2	1
5	2	4
6	10	12

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 16 – Comparação do terceiro teste por sentença de ordem usada

Como pudemos constatar, no que tange à comparação do terceiro teste de hipóteses, não existe diferença entre o tipo de ordem escolhido para essas duas situações. No entanto, quando observamos os quadros 15 e 16, vemos aqui, diferentemente dos outros dois testes, uma tendência ao uso do tipo de ordem indireta suavizada (quadro 15) e da sentença 6 – *Ô, Silva, você pode fazer esse ofício para mim?*- nas duas situações, ou seja, do uso de um enunciado interrogativo utilizando locução verbal “Poder (presente indicativo) + infinitivo”, diretamente expresso ao interlocutor, com a função de pergunta, denotando um ato ilocutório indireto convencional de pedido. Isso nos leva a comprovar outra hipótese nossa, a de que *as ordens para militares com grande proximidade social e pequena distância hierárquica possuem elementos suavizadores na enunciação.* (cf. cap1).

Como a situação envolve diferença de poder, mesmo que seja pequena, podemos afirmar que o interlocutor deve inferir que se trata de uma ordem, que dispõe de estratégia de polidez negativa como dar opções ao interlocutor para minimizar o ato de ameaça a face e suavizar o autoritarismo de uma ordem direta

com o imperativo, por exemplo. Fica comprovada por meio dessa escolha que a variável que mais importou foi a proximidade social entre os interlocutores conjugada com a pequena distância hierárquica, respeitando às sub-regras de polidez de Lakoff (1973) de não impor e de dar opções. Apesar de a autora postular que essas duas sub-regras são usadas em situações formais, ou seja, de distanciamento, comprovamos que em uma cultura de alto contexto (cf. 2.1.1) como a brasileira, nessa situação específica de ordem para alguém próximo, é necessário e faz parte do trabalho de gestão da face oferecer pretensa opção.

A compreensão do que se pretende, manifestado por meio desse ato indireto, portanto, ocorre indiretamente por meio da inferência do ouvinte, que faz parte do mesmo grupo social e partilha das mesmas convenções e expectativas de comportamento naquela comunidade de prática. Essas expectativas comportamentais, invisíveis a um primeiro momento para quem não faz parte dessa sociedade, fazem parte da cultura subjetiva (cf. 2.1.2) do brasileiro. A responsabilidade, então, da compreensão do ato cabe ao outro. Este ato é muito usado por culturas que possuem estilo de comunicação contextual (cf. 2.1.3).

Tal escolha enunciativa foi feita a partir do momento que o enunciador sentiu que ato conversacional em questão colocava em risco o princípio da preservação da face entre os interlocutores de pequena distância de poder e grande proximidade, conforme podemos ler no relato na gravação do informante 3 para a situação 4:

Talvez o nome não seja nem mais *ordem*, porque se ele trabalha há muito tempo [comigo] e tem a mesma patente, apesar de eu ser chefe, passa a ser quase que um acordo, “né”? Um acordo entre pares, apesar de ter uma diferença de antiguidade e de posição, um ser chefe e o outro não... Eu já até tive essa função, era chefe de uma seção de ensino a distância numa escola e meus subordinados eram todos capitães (na época eu era capitão) e um pouco mais modernos do que eu. É lógico que eles têm a disciplina consciente de atender, “né”? Trabalhando com pessoas que têm a disciplina consciente, passa a não ser uma ordem. Passa a ser um acordo, “né”? Aonde você vai passando as atribuições, verificando quem ‘tá’ mais pesado ou menos pesado. Todo mundo ‘tá’ observando e ele vai assumindo aquela responsabilidade e aquela missão cotidiana. Agora, se o subordinado, apesar de ser par, não tem essa consciência ou questiona muito, aí tem uma hora que você vai ter que realmente falar: Ó, Fulano, faça isso. Sem melindres de ter que dar uma ordem porque você ‘tá’ na função de chefia e ele como subordinado também não tem que ter melindre de aceitar e acatar a ordem. Não vejo problemas. (cf. APÊNDICE 3)

Para ratificar as escolhas e as não-escolhas, na comparação dos dados das situações com urgência e sem urgência aos subordinados de pequena distância hierárquica, os informantes responderam que não usariam:

Tipo de ordem	Situação urgente	Situação não é urgente
	Pequena distância hierárquica	
1	14	16
2	0	1
3	6	3

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 17 – Comparação do terceiro teste por tipo de ordem não usado

Ordens	Situação urgente	Situação não é urgente
	Pequena distância hierárquica	
1	13	16
2	1	0
3	0	1
4	0	0
5	4	2
6	2	1

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 18 – Comparação do terceiro teste por sentença de ordem não usada

Nos quadros 17 e 18 constatamos que grande parte dos informantes marcou o tipo de ordem direta impositiva e a sentença 1 - ordem direta impositiva com o imperativo - *Silva, faça isso* - como a que não seria escolhida para uso nessas situações. Isso nos leva a ratificar a nossa hipótese de que *as ordens para militares com grande proximidade social e pequena distância hierárquica possuem elementos suavizadores na enunciação*, (cf. Cap. 1) e que uma ordem *bald on-record* (Brown e Levinson, 1987), com o uso do imperativo formal, a um subordinado com pequena distância social e com uma proximidade social, independentemente da urgência envolvida, é um ato de extrema ameaça a face e, portanto, deve ser evitada. Quanto à sentença 2, com o presente do indicativo, diferentemente da ordem número 1, não foi apontada como um AAF neste caso (cf. quadro 18), conforme já mencionada a preferência de uso do presente do indicativo como ordem direta, em detrimento do imperativo formal no português de grande parte do Brasil, inclusive no meio militar. Segundo Silveira (2009, p. 187):

No uso efetivo de muitas línguas, dá-se preferência para o uso das formas de negação explícitas, assim como para o uso do imperativo. Essa preferência, de

forma geral, para brasileiros, é avaliada respectivamente como grosseria e autoritarismo.

Sendo assim, podemos afirmar que as observações das respostas por tipo de ordem e por item que os informantes usariam e não usariam corroboram para a confirmação da hipótese nula do teste 3, pois não houve diferença entre o tipo de ordem em situação de urgência e não urgência em contexto de pequena distância hierárquica e alta proximidade social, levando-nos a comprovar também a hipótese de que ditas ordens para este grupo possuem elementos suavizadores na enunciação.

4.1.4. Teste de hipóteses 4

No quarto e último teste de hipóteses empregado temos: H0 - os subordinados com pequena distância hierárquica e os com grande distância hierárquica recebem o mesmo tipo de ordem quando a situação não é urgente; e H1 - os subordinados com pequena distância hierárquica recebem ordem mais suavizada que os de grande distância hierárquica, quando a situação não é urgente. Cabe ressaltar uma vez mais que, quando se trata de pequena distância hierárquica nas situações propostas, também existe o fator alta proximidade social, pois superior e subordinado nutrem uma relação de amizade nas situações propostas.

Neste caso, conforme quadro 6 do item 4.1, o resultado apontado de 0,01 mostra que se deve rejeitar H0, pois o valor de 1% é menor que o nosso critério de decisão escolhido como ponto de corte de 5% (cf. 3.4), confirmando a nossa hipótese inicial (cf. cap. 1) de que *os subordinados com pequena distância hierárquica recebem ordem mais suavizada que os de grande distância hierárquica, quando a situação não é urgente*. Sendo assim, podemos afirmar que o fator que influenciou neste caso foi a questão da pequena distância de poder e da proximidade social entre o superior e o subordinado no contexto de não urgência da ordem.

Quanto às sentenças que os informantes escolheram nessa quarta comparação, temos a seguir dois quadros. O primeiro se refere às ordens agrupadas por tipo, segundo a nossa classificação e o segundo quadro se refere a cada sentença escolhida dentre as seis opções oferecidas no questionário:

Tipo de ordem	Situação não é urgente	
	Grande distância hierárquica	Pequena distância hierárquica
1	6	1
2	8	3
3	6	16

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 19 – Comparação do quarto teste por tipo de ordem usado

Ordens	Situação não é urgente	
	Grande distância hierárquica	Pequena distância hierárquica
1	0	0
2	6	1
3	4	2
4	4	1
5	1	4
6	5	12

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 20 – Comparação do quarto teste por sentença de ordem usada

Como pudemos constatar ao cruzar os dados do quarto teste de hipóteses, houve a confirmação de H1, ou seja, os subordinados de pequena distância hierárquica com proximidade social recebem ordem mais suavizada do que os de grande distância de poder em situação não urgente, o que ratifica também a nossa hipótese inicial de que *as ordens para militares com grande proximidade social e pequena distância hierárquica possuem elementos suavizadores na enunciação*.

Podemos observar isso pelo quantitativo dos quadros 19 e 20, pois houve uma tendência ao tipo de ordem 3 – indireta suavizada com 16 respostas para ordens a subordinados com pequena distância hierárquica, sendo que 12 delas para a sentença 6 - *Ô, Silva, você pode fazer esse ofício para mim?*-, uso de uma pergunta por meio da locução verbal “Poder (presente indicativo) + infinitivo”, diretamente expresso ao interlocutor, denotando um ato ilocutório indireto convencional de pedido. Em contrapartida, constatamos pelas respostas, que nessa situação praticamente não houve incidência de escolha da ordem direta impositiva. Com relação à situação de grande distância hierárquica em situação de não urgência, por este quadro não podemos determinar uma preferência de uso, apenas que não foi usada a ordem com o imperativo, sentença 1, por ser muito direta e fazer com que o enunciador perca a face; nem houve muita incidência de

escolha da sentença 5 – com modalizador de muita cortesia para uma ordem a um subordinado com grande distância hierárquica.

Como já analisado em 4.1.3, mesmo que a diferença de poder seja pequena, a situação envolve diferença. Logo, o interlocutor deve inferir que a intenção comunicativa é de ordem por meio de pergunta em forma de pedido que dá ao receptor uma falsa opção e uma pretensa não imposição de execução como estratégia de polidez e minimização o AAF, suavizando e mitigando o autoritarismo de uma ordem direta impositiva. Assim, o superior lida com o seu subordinado próximo socialmente na base da cooperação, para que este não se sinta coagido. O ouvinte, que partilha das convenções desta sociedade, infere que na verdade este não tem opção de se recusar a executar a ordem e que esta deve ser cumprida. Tal escolha linguística do enunciador se deve a que este sente que o ato de ordem para um subordinado amigo sem o fator de urgência coloca em risco o princípio da preservação da face e preservá-la julgou-se mais importante neste caso que a própria diretividade na mensagem. Podemos ver essa intenção de uso consciente no próprio relato do informante 6 para a situação 4:

Mas quando eu falo isso para ele, ele sabe que eu estou dando para ele uma ordem, ou seja, na realidade é como se eu estivesse pedindo um favor ‘pra’ ele, mas como a gente já é próximo, trabalha junto, então, não é tão direto, “né”? e ele já tem um entendimento que aquilo na realidade não é ‘pra’ se ele quiser fazer. Tem que fazer, mas eu peço como se ele tivesse opção. (cf. APÊNDICE 3)

Por este quadro, ainda podemos constatar a preferência de uso pela sentença 6 para ordens sem urgência a subordinados próximos, em detrimento da sentença 5, ambas indiretas suavizadas. Esta última se estrutura por uma matriz de verbo volitivo querer na 1ª pessoa do singular do futuro do pretérito, levando a subordinada para o imperfeito do subjuntivo – *Silva, /.../ eu gostaria que você observasse as diretrizes que foram emitidas /.../*.

Julgamos que essa baixa incidência no questionário tenha ocorrido, pois se trata de um marcador de muita cortesia para uma ordem, mesmo para um subordinado próximo. Com isso comprovamos a aplicação da sub-regra 3 de Polidez de Lakoff (1973) que tem a ver com ser amigável, pois a camaradagem se aplica a contextos de proximidade, com o ouvinte sendo tratado como um par, um igual, sem muita necessidade de cortesia. Para ilustrar essa intenção consciente na enunciação temos o relato da gravação do informante 3 para a situação 4:

Com umas palavras de cortesia como *por favor*, né? Ou usando o verbo no condicional: *Você poderia fazer isso aqui “pra” mim, por favor?* Provavelmente. Mas dependendo da situação também: *– Maj Fulano, faz isso aqui.* Porque na correria dos afazeres no dia a dia, às vezes até se dispensa essa cortesia porque a pessoa já sabe que você “tá” pedindo com cortesia. Ele já conhece você. Já tem aquela intimidade, que dispensa algumas coisas desse tipo. (cf. APÊNDICE 3)

Agora, nos dados comparativos da situação sem urgência para ordens a subordinados com grande e pequena distância hierárquica, os informantes responderam que não usariam:

Tipo de ordem	Situação não é urgente	
	Grande distância hierárquica	Pequena distância hierárquica
1	10	16
2	1	1
3	9	3

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 21 – Comparação do quarto teste por tipo de ordem não usado

Ordens	Situação não é urgente	
	Grande distância hierárquica	Pequena distância hierárquica
1	10	16
2	0	0
3	0	1
4	1	0
5	6	2
6	3	1

Fonte: Pesquisa para informantes brasileiros realizada no CEP/FDC – DATA

Quadro 22 – Comparação do quarto teste por sentença de ordem não usada

Podemos comprovar que existe um rechaço¹⁷ para as ordens com o imperativo para subordinados de grande distância hierárquica no contexto sem pressa, mas sem dúvida, o rechaço é maior para ordens a subordinados próximos com pequena distância hierárquica em contexto sem urgência. Esse rechaço simplesmente foi verificado em todas as situações, em uma gradação do menor para o maior, desde a ordem em situação urgente para subordinado de grande distância hierárquica até a ordem em situação não urgente para subordinado próximo, conforme quadros abaixo:

¹⁷ Todas as vezes que tratarmos de “rechaço” na análise do teste de hipóteses se refere ao rechaço verificado nos resultados do questionário, ou seja, o rechaço ao imperativo e ao futuro do pretérito tratados nessa parte da tese se refere ao que foi constatado no resultado dos questionários. Nas gravações em áudio, primeira fase da coleta dos dados, houve o uso do imperativo e do futuro do pretérito, por isso estes exemplos constam do questionário.

Situação urgente	Situação não é urgente	Situação urgente	Situação não é urgente
Grande distância hierárquica		Pequena distância hierárquica	
6	10	13	16

Quadro 23 – Comparação do não uso do imperativo por contexto

Ordem	Situação urgente	Situação não é urgente	Situação urgente	Situação não é urgente
	Grande distância hierárquica		Pequena distância hierárquica	
1	6	10	13	16
2	0	0	1	0

Quadro 24 – Comparação do não uso de ordens diretas por contexto

Isso indica que quanto maior a proximidade dos interlocutores, mais estratégias de preservação da face se usa para minimizar o autoritarismo da ordem diretiva direta por meio do imperativo. Isso nos remete mais uma vez à afirmação de Mills (2003) sobre impolidez, de que em uma interação, os atos considerados “impolidos” demonstram o grau de solidariedade e a percepção de diferença de poder existente entre os participantes do discurso. Essas regras de polidez e impolidez seriam negociadas de acordo com o contexto situacional, como constatamos pela informação dos dois quadros anteriores. E mesmo em um contexto militar o rechaço ao uso do imperativo é grande, se os interlocutores são próximos; e é grande também, se a situação não é urgente, mas existe alta distância hierárquica. Já em situações de urgência com grande distância hierárquica, o rechaço não é tão alto, sendo justificável.

Nos quadros 21 e 22, podemos verificar que também há um rechaço pelo tipo de ordem 3 – indireta suavizada, principalmente, pela sentença 5 - enunciado para um subordinado com grande distância hierárquica sem urgência, como já tratado e explicado no segundo teste de hipóteses (cf. 4.1.2). Vale ressaltar também que no quadro 22 verificamos que nenhum informante marcou a sentença 2, indicando que a preferência de construção de ordens diretas impositivas seria com o uso do presente do indicativo, em detrimento da forma com o imperativo, como mencionado na explicação dos testes anteriores.

Logo, o uso do presente do indicativo seria a maneira de dar ordem direta considerada curinga no português da maior parte do Brasil, mesmo nessas situações de uso no meio militar. Acreditávamos inicialmente que a ordem nesse

meio seria a mais direta possível como na hipótese inicial (cf. cap. 1) a *ordem no meio militar é enunciada de uma maneira direta*. Porém, os fatores urgência, distância de poder e proximidade social influenciaram e muitos informantes preferiram as ordens indiretas impositiva ou suavizada, dependendo da situação. Com isso, retomamos a citação de Koch (2011, p. 27), que afirma que: “Não basta conhecer o significado literal das palavras ou sentenças de uma língua: é preciso saber reconhecer todos os seus empregos possíveis, que podem variar de acordo com as intenções do falante e as circunstâncias de sua produção.” Além disso, esse reconhecimento de uso se deriva de características psicológicas e comportamentais que definem um determinado grupo, isto é, seria o padrão aprendido e socializado de comportamento, crenças e valores adequados a uma interação cotidiana partilhada pelos membros daquela comunidade de prática. Tais características têm que ser levadas em consideração no momento do ensino/aprendizado do PL2E.

4.2. Classificação dos Atos Centrais (AC)

Nesta seção descrevemos e separamos em quadros sinóticos para melhor visualização cada tipo de enunciação de ordem como ato central encontrado nas gravações das situações-problema dos informantes, para que tenhamos noção dos tipos de sentenças usados para dar ordens, sempre tendo em mente a seguinte particularidade: o enunciador da ordem detém autoridade institucionalizada sobre o receptor. O ato central ou diretor, como já tratado em 2.4.2, é o ato principal, ou seja, a ordem propriamente dita. Sobre este ato principal podem incidir encadeamentos como atos subordinados (cf. 2.4.3).

A seguir, para cada uma das quatro subcategorias de ordem propostas neste trabalho, descrevemos além do tipo de enunciação central encontrada na fala dos informantes, a função, a intenção, a estrutura e os elementos acessórios do próprio ato central (AC) que atenuam ou reforçam a ordem.

4.2.1. Ordem direta impositiva

Como já mencionado no item 2.4, a ordem pode ser formulada como um ato direto com o uso do imperativo formal e do presente do indicativo - imperativo informal, configurando o que denominamos neste trabalho de uma ordem direta impositiva. Apresentamos a seguir um quadro sinótico a partir das ordens encontradas no *corpus* (gravações em áudio). Neste elencamos o tipo, a função, a intenção comunicativa, a estrutura linguística usada, os exemplos e outros elementos que servem para impor esse tipo de ordem:

Tipo de ordem	Função	Intenção	Estrutura da sentença	Exemplos	Outros elementos
Ordem direta impositiva	Ordem	Ordem	Imperativo formal	- /.../ <u>deixe</u> somente o portão principal, a partir de agora, só para as autoridades /.../	Presença facultativa de elementos reforçadores da ordem como advérbios de intensidade, modo e tempo, por exemplo.
		Ordem	Presente do indicativo - Imperativo informal	- <u>Desce</u> lá, <u>verifica</u> e <u>me traz</u> uma resposta.	

Quadro 25 – Quadro sinótico da ordem direta impositiva

De acordo com os exemplos encontrados e com a nossa classificação, podemos concluir que esse tipo de ordem pode ser construído da seguinte maneira:

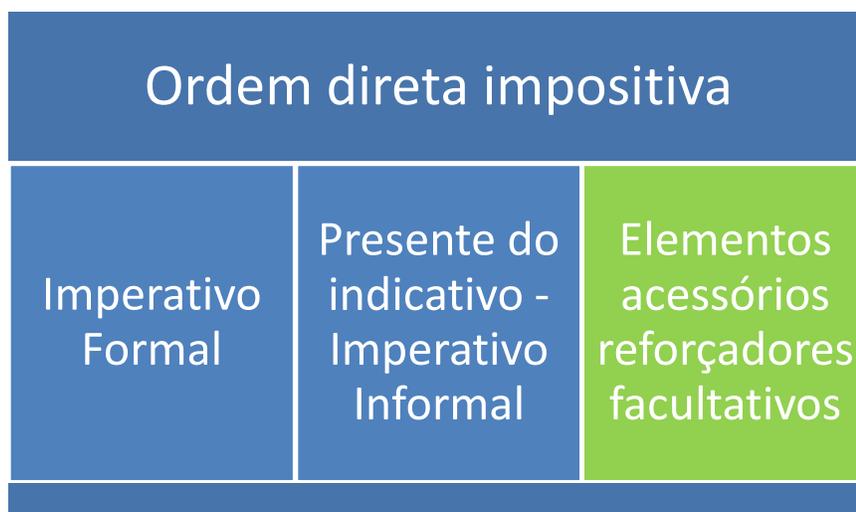


Figura 7 – Estrutura da ordem direta impositiva¹⁸¹⁹

¹⁸ No *corpus* não foi encontrado nenhum tipo de elemento reforçador da ordem direta impositiva.

Acreditamos que elementos acessórios reforçadores do ato central ordem como advérbios modalizadores não foram encontrados no *corpus* da ordem direta impositiva, porque não havia um contexto situacional que os demandasse como um descumprimento de ordem ou um descumprimento de prazo, por exemplo. Esse tipo de reforçador em uma ordem direta impositiva ameaça ainda mais a face dos interlocutores, deixando esse tipo de ordem ainda mais autoritário.

Vale ressaltar também que a forma do presente do indicativo em lugar do imperativo, demonstra uma informalidade maior no registro de fala e cabe em qualquer situação oral sem ameaçar tanto a face do outro quanto o imperativo por parecer que existe uma proximidade maior do emissor para o receptor. Veremos nas considerações finais que o presente do indicativo foi uma sentença muito escolhida para emitir ordens. Sendo assim, esta forma, que também pode ser chamada de Imperativo informal, é a *standard* ou curinga para as ordens diretas. Já sentenças com o Imperativo formal, por serem mais complexas, e não tão usadas na fala, pressupõem uma formalidade maior, um distanciamento, uma conseqüente relação de assimetria maior de poder e a sensação de autoritarismo ameaçador, se não modalizadas com outros elementos, dependendo da situação. No entanto, tanto as sentenças com Imperativo formal como as com Imperativo informal são classificadas neste trabalho como ordens diretas.

4.2.2. Ordem direta suavizada

Os resultados obtidos pelas gravações dos informantes indicam que as ordens diretas também podem ser suavizadas com algum marcador de expressão formulaica que indica cortesia - favor/gentileza ou com o uso de formas de tratamento em função de vocativo, indicando proximidade e um prezar pelo ouvinte. Como já mencionado no item 2.4, a diferença estrutural entre os dois tipos de ordens diretas não está no emprego modo-temporal do verbo, que é o mesmo (Imperativo formal e Presente do indicativo – Imperativo informal), mas nos marcadores e formas de tratamento que acompanham o ato central da ordem. Além disso, a entonação, item não trabalhado nesta tese, também contribui para suavizar ou intensificar uma ordem. Apresentamos mais abaixo um quadro a partir

¹⁹ As estruturas verbais da ordem estão destacadas em quadros de fundo azul. A possibilidade da presença dos elementos periféricos facultativos está destacada em um quadro com fundo verde.

das estruturas de ordens encontradas no *corpus*, elencando o tipo, a função, a intenção comunicativa, a estrutura empregada, os exemplos das ordens diretas suavizadas e os elementos acessórios suavizadores no próprio ato central:

Tipo de ordem	Função	Intenção	Estrutura da sentença	Exemplos	Outros Elementos
Ordem direta suavizada	Ordem	Ordem	Imperativo formal	- <i>Soldado Silva, por gentileza, avise</i> aquele pessoal ali, os familiares, que eles não podem permanecer no jardim em frente ao palanque.	Presença obrigatória de elementos atenuadores da ordem: -Neste caso, expressão formulaica de cortesia: <i>por gentileza</i> .
		Ordem	Presente do indicativo - Imperativo informal	- Guimarães, <i>por favor, meu caro, verifica</i> se foi publicado no boletim do grupo a última ordem expedida pelo Comandante da Brigada, <i>por favor</i> .	Presença obrigatória de elementos atenuadores da ordem: -Neste caso, expressão formulaica de cortesia: <i>por favor</i> ; -Forma de tratamento, vocativo que indica proximidade e prezar pelo ouvinte: <i>meu caro</i> .

Quadro 26 – Quadro sinótico da ordem direta suavizada

De acordo com os exemplos encontrados e com a nossa classificação, podemos concluir que esse tipo de ordem pode ser construído da seguinte maneira:

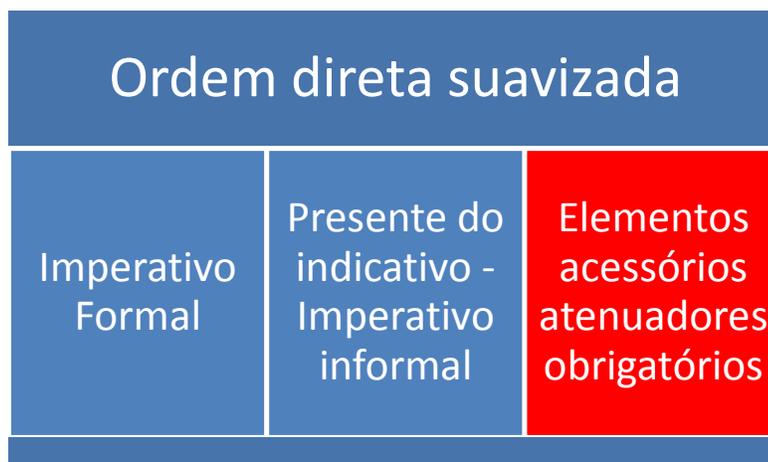


Figura 8 – Estrutura da ordem direta suavizada²⁰

²⁰ As estruturas verbais da ordem estão destacadas em quadros de fundo azul. A obrigatoriedade da presença dos elementos periféricos está destacada em um quadro com fundo vermelho.

Quanto às formas de tratamento, podemos afirmar que no exemplo “*Soldado Silva, por gentileza, avise aquele pessoal ali, os familiares, que eles não podem permanecer no jardim em frente ao palanque.*”, a presença do título + *PrN*²¹ e/ou *SbN*²², dito de um superior para um subalterno, além da presença do imperativo, torna o registro de fala mais formal e distante, mas não impositivo por causa da expressão formulaica de cortesia *por gentileza*, que suaviza o autoritarismo da ordem e torna a frase polida.

No segundo exemplo, “*Guimarães, por favor, meu caro, verifica se foi publicado no boletim do grupo a última ordem expedida pelo Comandante da Brigada, por favor.*”, o superior trata o subalterno pelo nome, como normalmente se faz, usa o presente do indicativo, que denota um registro de fala mais informal e próximo. Além disso, emprega um *Apelativo*, que são substantivos ou adjetivos substantivados como vocativo - meu caro -, próprio de proximidade e prezar pelo outro, amenizando e suavizando o caráter autoritário da ordem pela polidez positiva.

4.2.3. Ordem indireta impositiva

Notamos que a ordem também pode ser enunciada como um ato ilocucionário indireto. Esse tipo de ato se vale da estrutura ilocucionária de outro, contando com a capacidade do ouvinte de inferir o objetivo ilocucionário do enunciado convencionado no grupo social do qual os interlocutores participam. Com a enunciação de um ato indireto, o enunciador tem a intenção de dizer algo diferente do que realmente expressa, contando realmente com a inferência do ouvinte e os rituais comportamentais convencionados em sociedade. Como o brasileiro pertence a uma cultura de alto contexto (Hall, 1998) (cf. 2.1.1), o ato indireto faz parte de seu repertório linguístico.

Detectamos que o ato indireto impositivo, como já mencionado no item 2.4, é feito por meio de outro ato ilocucionário, como assertivas, e de maneira franca, direta, sem rodeios, sem subterfúgios, ou seja, de uma maneira impositiva, usando modalizadores deônticos reforçadores de autoridade para manifestações de

²¹ *PrN* – Pré-nome.

²² *SbN* – Sobrenome.

desejos, obrigações, permissões e para constatações de algo a ser realizado pelo ouvinte, como as asserções de futuro.

Apresentamos mais abaixo um quadro a partir das estruturas de ordens encontradas no *corpus*, elencando o tipo, a função, a intenção comunicativa, a estrutura linguística, os exemplos e a presença de outros elementos acessórios dentro do ato central:

Tipo de ordem	Função	Intenção	Estrutura da sentença	Exemplos	Outros Elementos
Ordem indireta impositiva	Manifestação de um desejo autoritário	Ordem	Oração simples com verbo volitivo <u>querer</u> na 1ª pess. sing. presente Ind., Sujeito “eu”.	- Eu <u>quero</u> uma proposta de roteiro e um treinamento final hoje no final do expediente.	Presença facultativa de elementos reforçadores da ordem: - Neste caso, locução adverbial de modo <i>o mais rápido possível</i> ; - Uso do título sem o PrN ou SbN, do mais antigo para o subordinado.
		Ordem	Matriz com verbo volitivo <u>querer</u> na 1ª pess. sing. Pres. Ind. + <i>que</i> , levando subordinada para o presente do Subjuntivo. Sujeito “eu” da oração principal e “você” na subordinada.	- Então, eu <u>quero que você, o mais rápido possível, faça</u> com que a tua equipe resolva esse problema, [...]	
	Afirmção de uma obrigação do ouvinte	Ordem	Modalizador deôntico de obrigação – locução verbal <i>ter (presente do indicativo) que + infinitivo</i> . Sujeito “você”.	- <i>Sargento, você tem que abrir</i> [...] o portão lateral [...]	
			Infinitivo	- Então, a tua missão hoje na parte da tarde é, [...], <u>colocar</u> todo esse material em ordem, [...]	

			Gerúndio	- Amanhã a formatura é às 9h. 8:45h pronto, <u>apresentando</u> para mim.
	Afirmção de uma permissão para o ouvinte	Ordem	Modalizador deôntico de permissão – locução verbal <i>poder</i> (<i>presente do indicativo</i>) + <i>infinitivo</i> . Sujeito “você”.	- <u>Pode cumprir</u> a missão.
	Constatação de um evento futuro obrigatório para o ouvinte.	Ordem	Locução verbal que indica ação futura <i>Ir</i> (<i>presente indicativo</i>) + <i>infinitivo</i> . Sujeito “você”.	- Então, você <u>vai pegar</u> o seu pelotão, <u>vai entrar</u> nas viaturas.
			Presente do indicativo com ideia de evento futuro. Sujeito como uma terceira pessoa.	- Primeiro a tropa <u>faz</u> um desfile a pé, [...]

Quadro 27 – Quadro sinótico da ordem indireta impositiva

Quanto aos modalizadores deônticos que apareceram neste tipo de ordem temos os volitivos, os de obrigatoriedade e os de permissão. Esses modalizadores verbais indicam que o enunciador considera que algo deve ou precisa ocorrer.

Na matriz de obrigatoriedade, como o próprio nome já diz, o conteúdo deve acontecer de uma forma obrigatória e o interlocutor deve executá-lo como no exemplo: “*Sargento, você tem que abrir [...] o portão lateral [...]*”. Na permissão ou possibilidade o conteúdo do enunciado é algo permitido para o interlocutor e lhe é dada uma pretensa opção de realizá-lo ou não. Afirmamos “pretensa” porque como a intenção é de uma ordem, o interlocutor terá que executá-la, mas se dá essa opção como uma forma de polidez negativa, como no exemplo: “*Pode cumprir a missão.*” Por fim, a última matriz deôntica encontrada neste caso é a volitiva, isto é, um modalizador que apresenta o conteúdo como um desejo do enunciador, mas que reforça a autoridade deste e deve ser cumprido pelo

interlocutor, se existe relação de poder envolvida, como no exemplo: “*Então, eu quero que você, o mais rápido possível, faça com que a tua equipe resolva esse problema, [...]*”, levando a subordinada para o presente do subjuntivo; ou na oração absoluta – “*Eu quero uma proposta de roteiro e um treinamento final hoje no final do expediente*”.

Segundo Castilho (2010), “sentenças imperativas ocorrem em situações sociais em que o locutor ordena ao seu interlocutor que faça algo.” Além disso, ainda segundo este, com relação a sentenças de caráter imperativo, o verbo pode vir na forma do gerúndio ou infinitivo, dentre outros, pode ser usado sozinho ou em perífrases. Quanto ao exemplo de gerúndio e infinitivo denotando ordem, temos: “- *Amanhã a formatura é às 9h. 8:45h pronto, apresentando para mim*”; e “- *Então, a tua missão hoje na parte da tarde é, [...], colocar todo esse material em ordem, [...]*”. Sabemos que a intenção é a de uma ordem, pois podemos substituir esse gerúndio e esse infinitivo pelo imperativo sem perda de sentido. Com relação a esse tipo de exemplo no gerúndio²³, podemos afirmar que é comum no Exército, como um jargão profissional, no que tange à emissão de ordem ou à apresentação de tropa em formatura.

Por último, outro substituto do imperativo são as sentenças no futuro, seja no futuro simples, seja no futuro imediato (perífrase *Ir* no presente do indicativo + *infinitivo*.), seja no presente do indicativo como um evento obrigatório em um futuro próximo, transmitindo uma ideia de certeza. Nos exemplos temos: “- *Então, você vai pegar o seu pelotão, vai entrar nas viaturas*”; e “- *Primeiro a tropa faz um desfile a pé, [...]*” como constatação de um evento em um futuro imediato obrigatório para o ouvinte executar.

Neste contexto todas essas ordens são classificadas como impositivas, pois são diretas, sem mitigação ou suavizações. Com exceção das enunciações com verbos volitivos, por sua característica intrínseca e o exemplo do presente como futuro imediato, verificamos que todas as enunciações neste tipo de ordem, foram diretamente expressas ao interlocutor, ou seja, o sujeito era a segunda pessoa do discurso, ressaltando a obrigatoriedade de execução do receptor. Além disso, o elemento acentuador da ordem encontrado nesses exemplos foi a locução de modo

²³ Outros exemplos possíveis de ordem com o gerúndio: “Teste de tiro na segunda-feira. Viatura saindo às 07h30minh. Militares prontos às 07h20minh, apresentando-se ao mais antigo presente.” Exemplo de apresentação de tropa com o gerúndio: “Cel X, subcomandante do ‘nome do quartel’, apresentando tropa pronta para formatura.”

o mais rápido possível, reforçando o caráter impositivo daquela ordem em questão.

Com relação à forma de tratamento empregada em um dos exemplos, vocativo pelo uso do título sem o PrN ou SbN, “*Sargento, você tem que abrir [...] o portão lateral [...]]*”, emitido por um mais antigo, este é considerado um reforçador da ordem, pois marca e lembra ao subordinado a distância de poder entre o locutor (superior hierárquico) e o ouvinte (subordinado), conforme explicado em 2.3.2.

De acordo com os exemplos encontrados e com a nossa classificação, podemos concluir que esse tipo de ordem pode ser construído da seguinte maneira:

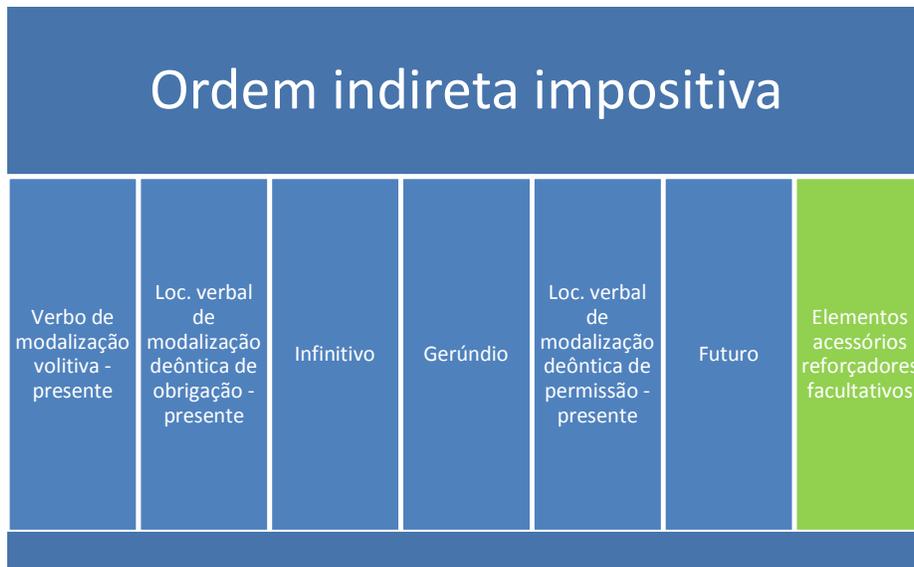


Figura 9 - Estrutura da ordem indireta impositiva²⁴

4.2.4. Ordem indireta suavizada

Por fim, no que tange a nossa última classificação, como mencionado no item 2.4, o ato indireto suavizado também se vale da estrutura ilocucionária de outro, contando com a capacidade do ouvinte de inferir o objetivo ilocucionário do enunciado convencionado no grupo social do qual os interlocutores participam. Contudo, a ordem indireta suavizada emprega estruturas que *suavizam*, *mitigam*,

²⁴ As estruturas verbais da ordem estão destacadas em quadros de fundo azul. A possibilidade da presença dos elementos periféricos facultativos está destacada em um quadro com fundo verde.

atenuam e mascaram o autoritarismo e a imposição da ordem, usando, para tanto, modalizadores deônticos atenuadores de autoridade que conferem uma função de manifestação de um desejo cortês ou de perguntas com caráter de pedido.

Apresentamos mais abaixo um quadro a partir das estruturas das ordens encontradas no *corpus*, elencando o tipo, a função, a intenção comunicativa, a estrutura, os exemplos das ordens indiretas suavizadas e a presença de outros elementos acessórios atenuadores ou reforçadores no próprio ato central:

Tipo de ordem	Função	Intenção	Estrutura da sentença	Exemplos	Outros Elementos
Ordem indireta suavizada	Manifestação de um desejo suavizado	Ordem	Matriz com verbo volitivo <i>querer na 1ª pess. sing. futuro do pretérito + que, + subordinada no Imp. do Subj.</i> Sujeito da oração principal “eu” e sujeito da subordinada “você”.	- Eu <u>gostaria que você observasse</u> as diretrizes que foram emitidas por ocasião da assunção de Comando [...]	
	Pergunta em forma de pedido.	Ordem	Frase interrogativa com modalizador deôntico de possibilidade / permissão - locução verbal <i>Poder (presente indicativo) + infinitivo.</i> Sujeito “você”.	- Ô, Jefferson, você <u>pode fazer</u> esse ofício para mim?	
			Frase interrogativa com modalizador deôntico de possibilidade / permissão - locução verbal <i>Poder (presente indicativo) + expressão formulaica de cortesia <i>fazer o favor</i></i>	- Silva, <u>you pode fazer o favor de entregar</u> essa parte para o Maj Santos?	Presença facultativa de elementos atenuadores da ordem: -Expressões formulaicas de cortesia: <i>por / o obséquio, por favor, fazer o favor de.</i>

			<p><i>de</i> + infinitivo. Sujeito “você”.</p> <p>Frase interrogativa com modalizador deontico de possibilidade / permissão - locução verbal Poder (futuro do pretérito) + infinitivo. Sujeito “você”.</p> <p>Frase interrogativa com modalizador deontico de possibilidade / permissão - locução verbal <i>Ter (presente indicativo)</i> + <i>como</i> + infinitivo. Sujeito “você”.</p>	<p>- Maj Silva, você <u>poderia fazer</u> aqui esse documento aqui até <i>amanhã às 10h da manhã, por favor?</i></p> <p>- <u>Silva, tem como</u> você <u>levar</u> essa parte até o Maj Santos na Divisão de Alunos?</p>	<p>Presença facultativa de elementos reforçadores da ordem:</p> <p>- Neste caso, locução adverbial de modo <i>o mais rápido possível</i>;</p> <p>- Locução ou advérbio de tempo <i>amanhã às 10h da manhã</i>.</p>
Afirmação de uma obrigação do ouvinte	Ordem	<p>Modalizador deontico de obrigação – locução verbal <i>ter (presente do indicativo)</i> + <i>que</i> + infinitivo. Sujeito “nós”, “a gente”, inclusão do locutor.</p>	<p>- A formatura é às 9h e a <u>gente tem que</u> estar lá pronto quinze para as nove.</p>		
Constatação de um evento futuro	Ordem	<p>Locução verbal que indica ação futura <i>Ir (presente indicativo)</i> + infinitivo. Sujeito “nós”, inclusão do locutor.</p>	<p>- <u>vamos resolver</u> isso <i>o mais rápido possível</i>.</p>		

	obrigatório para o ouvinte	Ordem	Locução verbal que indica ação futura <i>Ir</i> (presente indicativo) + infinitivo. Sujeito “eu”.	- Eu <u>vou te pedir</u> o <u>obséquio</u> de acompanhar esse procedimento, [...], <i>por favor</i> .	
--	----------------------------	-------	---	---	--

Quadro 28 – Quadro sinótico da ordem indireta suavizada

Quanto aos modalizadores deônticos que apareceram neste tipo de ordem temos os volitivos, os de permissão e os de obrigatoriedade. Esses modalizadores verbais indicam que o enunciador considera que algo deve ou precisa ocorrer.

A matriz deôntica volitiva, como já mencionado na seção anterior, é um modalizador que apresenta o conteúdo como um desejo do enunciador, mas que transfere para o ouvinte a execução e o cumprimento deste desejo, desde que exista relação de poder envolvida como no exemplo: “*Eu gostaria que você observasse as diretrizes que foram emitidas por ocasião da assunção de Comando [...]*”. A diferença da ordem indireta impositiva para esta é que na suavizada são usados marcadores de cortesia como o futuro do pretérito, levando a subordinada para o imperfeito do subjuntivo. Com essa estratégia de minimização do AAF, preserva-se a face negativa, por não querer impor nada diretamente ao receptor e a positiva, mostrando que o emissor não é autoritário.

Na matriz de obrigatoriedade, como já tratado também no item anterior, o conteúdo deve acontecer de uma forma obrigatória e o interlocutor deve executá-lo. No entanto, quando o locutor enuncia se incluindo no discurso, segundo Nascimento (2010), por meio de um caráter deôntico inclusivo ou universal, como no exemplo: “*A formatura é às 9h e a gente tem que estar lá pronto quinze para as nove*”, a obrigatoriedade recai tanto no receptor quanto no emissor. Essa estratégia, como inclui o próprio enunciador, compartilha tarefas e distribui responsabilidades entre todos os envolvidos no discurso. Com isso, convence o outro da necessidade da execução da ordem e a suaviza também.

Essa estratégia de inclusão do locutor na responsabilidade da execução da ordem também foi percebida quando do uso das sentenças de futuro. Ex.: “*vamos resolver isso o mais rápido possível.*” - futuro imediato (perífrase *Ir* no presente do indicativo + *infinitivo*). Ao mesmo tempo em que constata a obrigação de um

evento em um futuro próximo para o ouvinte executar, o enunciador compartilha desta tarefa e se inclui como responsável também para resolver o problema neste caso. Com isso, o emissor suaviza o caráter da intenção de ordem para o outro e o convence a executá-la.

Ainda com relação a um evento obrigatório no futuro próximo, outra enunciação de ordem indireta suavizada encontrada foi: “*Eu vou te pedir o obséquio de acompanhar esse procedimento, [...], por favor.*” Neste caso, o enunciado e a intenção de ordem se tornam ainda mais indiretos, pois é empregada uma constatação de um evento obrigatório no futuro imediato, mas por meio de uma perífrase de futuro em primeira pessoa do singular, com o verbo principal “pedir” e o substantivo “obséquio”, que transformam o enunciado em um aparente pedido muito polido. Como ainda temos a dissimetria de poder em um ambiente militar entre o locutor e o interlocutor, inferimos que ainda se trata de um evento obrigatório para o ouvinte executar e que não existe essa opção facultada pelo emissor de o receptor recusar-se a fazer o que lhe foi solicitado. Com essas estratégias de polidez, o AAF da ordem foi bem mitigado e suavizado, preservando as faces envolvidas no discurso.

Ao continuar no âmbito do pretenso pedido, temos os enunciados mais emitidos nesse tipo de ordem, os deônticos de possibilidade por meio de pergunta em forma de pedido. Ex.: (1) “*Ô, Jefferson, você pode fazer esse ofício para mim?*”; (2) “*Silva, você pode fazer o favor de entregar essa parte para o Maj Santos?*”; (3) “*Maj Silva, você poderia fazer aqui esse documento aqui até amanhã às 10h da manhã, por favor?*”; (4) “*Silva, tem como você levar essa parte até o Maj Santos na Divisão de Alunos?*” O enunciador ao se utilizar deste tipo de enunciado com uma modalização deôntica de possibilidade, transfere para o conteúdo do enunciado uma permissão ou uma possibilidade de execução para o interlocutor e lhe é dada uma pretensa opção de realizá-la ou não. Diferentemente do item anterior, na ordem indireta suavizada a intenção da ordem é ainda mais mitigada com a utilização do enunciado interrogativo, soando como um pedido. Não podemos esquecer mais uma vez que ainda temos a diferença de poder entre os interlocutores e por isso não existe realmente essa opção de não viabilizar o solicitado. Essa indiretividade é uma estratégia de polidez para minimizar o autoritarismo da ordem e preservar as faces envolvidas no discurso, ainda mais se

os interlocutores forem próximos e tiverem uma relação de amizade, como duas das situações-problema preconizavam, apesar da relação de poder envolvida.

Dentre os quatro exemplos acima citados, a semelhança é que são todos enunciados interrogativos em forma de pedido com locuções verbais de modalização deôntica de possibilidade diretamente expressa ao interlocutor. No entanto, existem estratégias de polidez em graus diferentes, se comparamos os quatro enunciados: locução *tem como + infinitivo*; futuro do pretérito da locução com *poder + infinitivo*; locução com *poder (pres. Ind.) + expressão fazer o favor de + infinitivo*; e locução com *poder (pres. Ind.) + infinitivo*. As três primeiras estratégias suavizam e mitigam ainda mais a intenção da ordem se comparadas com a última citada neste parágrafo, pois além da estrutura da locução verbal que introduz possibilidade facultada ao interlocutor, a primeira se utiliza da locução modalizadora *tem como*, que denota um pedido polido que não impõe como a locução *tem que*; a segunda delas utiliza o tempo verbal de cortesia como o futuro do pretérito com o atenuador *por favor*; e a terceira, uma expressão atenuadora como *fazer o favor*.

Com relação às formas de tratamento encontradas nesses exemplos, o enunciador empregou em quase todas as ordens o PrN ou SbN do militar sem o título, como geralmente ocorre em eventos em que um mais antigo se dirige ao seu subordinado ou entre pares. Em um dos exemplos o enunciador usou o título + PrN ou SbN como vocativo: “*Maj Silva, você poderia fazer aqui esse documento aqui até amanhã às 10h da manhã, por favor?*”. Como já tratado no item 2.3.2, certamente para imprimir uma distância entre os interlocutores.

Neste contexto todas essas ordens vistas nesta seção são classificadas como suavizadas, pois se utilizam de recursos que denotam indiretividade e mitigação. Os elementos acessórios no próprio ato central atenuadores ou reforçadores da solicitação, quando utilizados, vão imprimir um grau maior ou menor de suavização ao enunciado. A escolha de uma em detrimento da outra depende do contexto situacional e do grau de poder e proximidade entre os interlocutores, como visto na análise dos itens do teste do sinal e retomado na seção dos resultados deste capítulo.

Portanto, de acordo com os exemplos encontrados e com a nossa classificação, podemos concluir que esse tipo de ordem pode ser construído da seguinte maneira:

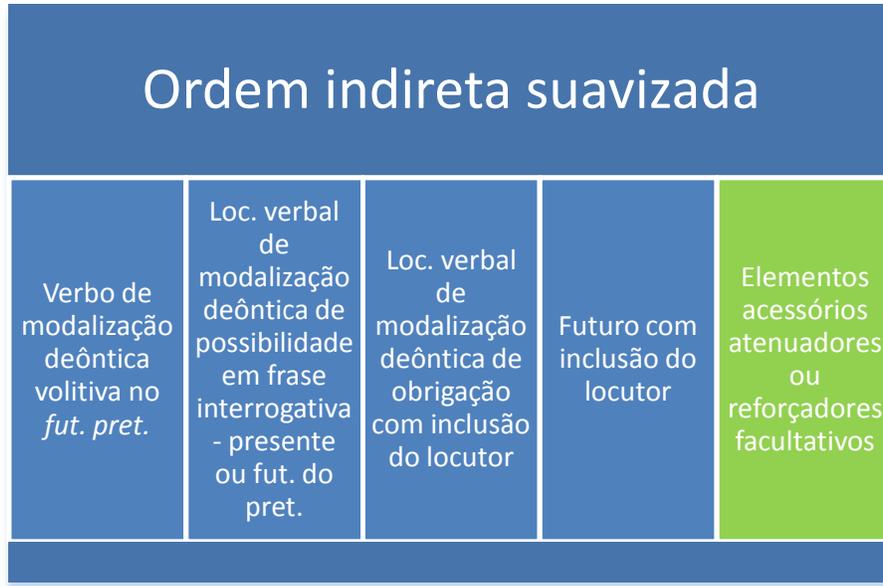


Figura 10²⁵ - Estrutura da ordem indireta suavizada

Ao terminarmos as considerações e descrição do ato central da ordem, cabe ressaltar que, em uma enunciação mais longa pode haver uma combinação de dois ou mais atos centrais de ordem permeada por atos subordinados. Isso vai depender dos objetivos do enunciador e do contexto situacional. Partimos, a seguir, para o último item desta descrição que são as considerações sobre os atos subordinados ao ato central encontrados nas gravações que constituíram o *corpus* desta tese.

4.3. Atos subordinados (AS)

Aqui nesta seção trataremos dos atos subordinados ao ato central da ordem. Como já mencionado em 2.4.3, os atos subordinados são atos periféricos encadeados ao central, ou seja, sua presença não é essencial, mas desempenham alguma função específica dentro do discurso. Nas próximas seções vamos descrevê-los um a um separados por função, de acordo com os exemplos de enunciações levantados em nosso *corpus* de gravação. Inserimos mais abaixo uma figura para ilustrar os tipos de atos subordinados encontrados e descritos nos itens a seguir:

²⁵ As estruturas verbais da ordem estão destacadas em quadros de fundo azul. A possibilidade da presença dos elementos periféricos facultativos está destacada em um quadro com fundo verde.

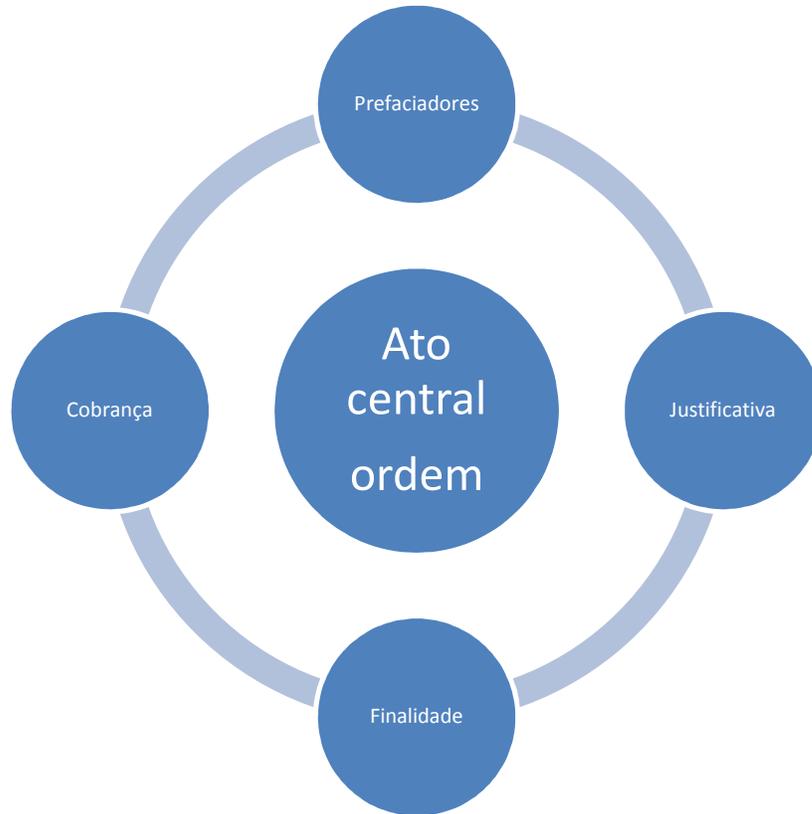


Figura 11 - Tipos de atos subordinados ao ato central da ordem

4.3.1. Prefaciadores

Um tipo de ato subordinado que vem antes do ato principal são os prefaciadores (P). Sua função é introduzir o assunto, checar a situação, informar ou constatar algo, ou seja, tem uma função de ambientar e preparar o ouvinte para o ato central ordem propriamente dito.

Os prefaciadores não são necessariamente suavizadores ou intensificadores do ato central. Servem para verificar as condições necessárias para o ato de fala propriamente dito. Os prefaciadores encontrados no *corpus* foram do tipo:

- (1) Checagem da situação – nas gravações, ocorreu por meio de uma pergunta retórica para poder introduzir o assunto e a ordem, checando a situação antes:

_Cabo Antônio, você já viu como é que está o nosso almoxarifado? Não me parece muito bem organizado. Então, a tua missão hoje na parte da tarde é, naquele primeiro conjunto de prateleiras, colocar todo esse material em ordem [...]

_É, *Como está o teu planeamento de distribuição de combustível?* Olha, tu tem que acelerar esse teu processo porque as OM já estão me acionando porque o combustível não está chagando lá. [...]

- (2) Constatação da situação - ocorreu por meio de uma asserção que constata algo como pretexto para introduzir a ordem:

_Cabo Antônio, você já viu como é que está o nosso almoxarifado? *Não me parece muito bem organizado.* Então, a tua missão hoje na parte da tarde é, naquele primeiro conjunto de prateleiras, colocar todo esse material em ordem [...]

- (3) Informação da situação – ocorreu por meio de uma asserção, fornecendo um dado ao interlocutor para poder introduzir a ordem, servindo também de motivação para que esta seja executada:

_João, ó, *tua posição é aqui.* Fica por aqui.

_Ó, *amanhã tem a visita de um General.* Eu quero que a área de faxina do quartel esteja pronta.

4.3.2. Justificativa

A justificativa é um recurso discursivo utilizado para explicar, explicitar e fundamentar a necessidade do ato diretivo ordem. É um procedimento *reparador*, segundo Brown e Levinson (1978, 1987) (cf. 2.2.4). Enquanto o emissor por meio da justificativa pressiona o receptor a executar tal ação, validando as condições de tal imposição feitas através da ordem; expressa também uma preocupação com o equilíbrio da interação, pois o emissor, por meio da justificativa, reconhece que deve uma explicação pela ordem emitida. Logo, ao mesmo tempo que reforça, suaviza, repara. Além disso, é uma forma de proteção da face positiva do emissor, pois mostra certa consideração pelo outro.

Exemplos:

- (1) Olha, tu tem que acelerar esse teu processo *porque as OM já estão me acionando porque o combustível não está chagando lá.*
- (2) Tonini, providencie o ajuste das viaturas, *tendo em vista que nós sairemos às 6h.*

4.3.3. Finalidade

A finalidade é um ato discursivo utilizado para focar um determinado resultado. Também é um procedimento *reparador* (cf. 4.3.2). Existem duas possibilidades: ou um determinado resultado / fim se deriva da necessidade da ordem, ou a partir da ordem dada se mostra que se necessita alcançar aquele resultado específico. Como a categoria anterior, enquanto o emissor por meio da finalidade reforça no receptor a execução de tal ação, expressa também um reconhecimento em explicitar o fim a que se destina. É também uma forma de proteção da face positiva do emissor, pois mostra certa consideração pelo outro.

Exemplos:

- (1) Então, a tua missão hoje na parte da tarde é, naquele primeiro conjunto de prateleiras, colocar todo esse material em ordem [...] *para que todo o mundo que entre aqui possa entender o nosso sistema de almoxarifado e possa até fazer o seu pedido de acordo com aquilo que ele visualiza ali e possa ter o conhecimento.*
- (2) Então, vamos resolver isso o mais rápido possível *para que a gente possa ter o fluxo normal e o fluxo das pessoas que entram também no quartel, na identificação, fique mais rápido.*

4.3.4. Cobrança

Outro ato subordinado ao central encontrado no *corpus* foi a cobrança, que é um ato específico de reforço da ordem. Este reforço ou insistência foi feito por meio de estipulação de prazo para o cumprimento da ordem de uma maneira “*bald on record*”, sem mitigação, que culminou em uma cobrança e intensificação dessa execução. Pode estar depois do ato diretor, no final do discurso ou no início como resgate de um assunto anterior. Além disso, pode ser um elemento reforçador do próprio ato central.

Exemplo:

_Olha, tu tem que acelerar esse teu processo porque as OM já estão me acionando porque o combustível não está chagando lá. Então, eu quero que você, o mais rápido possível, faça com que a tua equipe resolva esse problema, de forma que até o final da semana a gente possa ter toda a distribuição de combustível em dia e da forma como foi planejado pelo nosso chefe, pelo General. Alguma dúvida? Alguma pergunta? *Você acha que até sexta-feira você consegue cumprir a missão?* Sim? Não? Qualquer coisa, me procura durante a semana. *Hoje é segunda-feira. Então, quarta-feira* eu quero que tu me traga uma posição de como é que “tá” essa distribuição.

Nada impede que haja outros tipos de atos subordinados a uma ordem. No entanto, acreditamos e consideramos que os mais recorrentes apareceram no *corpus* deste trabalho e foram elencados nesta seção.

Para podermos finalizar toda a discussão, descrição e análise de dados desta pesquisa, partimos para a próxima seção que se refere a todos os resultados agrupados e às considerações finais concernentes a este capítulo, possibilitando um fechamento de tudo que viemos trabalhando até este ponto.

4.4. Resultados

Após essa análise do ritual da ordem no meio militar, pudemos comprovar que variáveis como distância de poder, distância social e fatores contextuais como a urgência da solicitação influenciaram na escolha da estrutura da enunciação.

Por meio do resultado do questionário, depreendemos que:

(I) os subordinados com pequena distância hierárquica e os com grande distância hierárquica recebem o mesmo tipo de ordem quando a situação é urgente, contrariando nossa hipótese inicial de que os subordinados com pequena distância hierárquica receberiam ordem mais suavizada que os de grande distância hierárquica quando a situação fosse urgente. No entanto, esse resultado se mostrou próximo ao limiar, pois ficou em 0,07. Para o grupo de grande distância hierárquica a escolha dos tipos de ordem ficou equilibrada e bem distribuída, não havendo uma predominância clara de uso, mas certa preferência para o tipo de ordem mais impositivo, ou seja, ordens diretas e indiretas impositivas. Já para as ordens ao subordinado de pequena distância hierárquica verificamos uma leve tendência ao emprego da ordem indireta suavizada por meio de pergunta em forma de pedido. Isso se deve ao fato de o resultado haver ficado próximo ao valor do ponto de corte;

(II) as ordens em situação sem urgência e em situação com urgência são do mesmo tipo, quando são direcionadas a subordinados com grande distância hierárquica. Podemos afirmar que houve uma preferência pelo tipo de ordem mais impositivo, ou seja, ordem direta impositiva com o presente do indicativo e ordem indireta impositiva. O uso do Imperativo formal teve certa escolha no contexto de urgência, mas nenhuma escolha no de não urgência. Neste contexto de grande

distância de poder houve a preferência por ser claro e objetivo, não deixando muita opção para o interlocutor;

(III) as ordens em situação sem urgência e em situação com urgência são do mesmo tipo, quando são direcionadas a subordinados com pequena distância hierárquica. Constatamos que houve uma preferência pelo tipo de ordem indireta suavizada por meio de pergunta em forma de pedido independente da pressa. Como as situações ainda envolvem diferença de poder, mesmo que seja baixa, o interlocutor deve inferir que se trata de uma ordem, e que mesmo que o enunciador lhe dê opções, é por solidariedade, para minimizar o AAF envolvido na interação e o autoritarismo de uma ordem impositiva. O que importou mais no discurso foram as variáveis alta proximidade social e pequena distância hierárquica, fazendo com que o enunciado fosse indireto, não impositivo e desse uma pretensa escolha. No entanto, o ouvinte deve executar a ordem sem possibilidade de recusa; e

(IV) os subordinados com pequena distância hierárquica recebem ordem mais suavizada que os de grande distância hierárquica, quando a situação não é urgente. Nesse caso, houve uma preferência de uso para o grupo de grande distância hierárquica de ordens diretas e indiretas impositivas, excetuando-se as com o Imperativo. Já a preferência de uso para o grupo de pequena distância hierárquica e grande proximidade social foram as ordens indiretas suavizadas por meio de pergunta em forma de pedido.

Em suma, a ordem no meio militar tendeu a ser enunciada de uma maneira clara e objetiva nas situações que envolviam grande distância hierárquica, pois essas ordens possuíam elementos impositivos na enunciação, seja por meio do ato ilocucionário diretivo ordem propriamente dito ou por um ato indireto convencionalizado como ordem na sociedade brasileira. Isso confirmou a nossa hipótese de que as ordens para militares com grande distância social e grande distância hierárquica possuem elementos impositivos na enunciação.

Já as ordens para militares de pequena distância hierárquica e grande proximidade social tenderam a ser enunciadas de maneira indireta, mitigada e com necessidade de inferência, pois essas ordens possuíam elementos suavizadores, comprovando que as ordens para militares com grande proximidade social e pequena distância hierárquica tendem a ser mitigadas.

Quanto ao fator contextual urgência e não urgência, combinado com a distância de poder e social, corroborou a uma gradação de maior a menor diretividade na escolha do enunciado. Com isso, a nossa hipótese de que a ordem no meio militar é enunciada de uma maneira direta foi parcialmente comprovada, pois depende da situação e do contexto, mesmo nesse meio.

Nos dados do questionário também observamos a questão do rechaço ao uso do imperativo e a preferência, em detrimento, pela ordem direta com o presente do indicativo. Isso se deve ao fato de que, além da forma com o imperativo, na maior parte do Brasil, impor uma formalidade no registro de uso, impõe também uma atitude de mais autoritarismo. Por essa razão, existe a preferência pelo emprego do presente do indicativo em substituição ao Imperativo, já que traz uma maior informalidade ao registro da fala e também certa modalização da carga autoritária e da ameaça a face imposta pela ordem direta. Logo, podemos afirmar que esta opção é a considerada *standard* tanto para as ordens diretas impositivas como para as diretas suavizadas por elementos periféricos no próprio ato central.

No entanto, observamos também que, para ordens em situação de urgência para subordinados com grande distância hierárquica, 25% dos informantes disseram que enunciarão a ordem com o imperativo. Com a introdução do fator pressa nesse contexto de relação de trabalho estaria justificado, de certo modo, este uso, pois essas regras fazem parte desta comunidade de prática nessa situação.

A ordem indireta impositiva foi bastante empregada no contexto de ordem para subordinados com grande distância hierárquica com ou sem urgência, assim como a direta com presente do indicativo. Isso se deve ao fato de que se optou pela clareza da mensagem, sem necessidade de muita inferência do interlocutor, como uma lista de instruções para execução. Esse ato, apesar de objetivo, é indireto, pois os enunciados ocorreram por meio de asserções de futuro próximo a serem executadas pelo ouvinte e de desejos autoritários do enunciador. Como existe distância de poder, este ato indireto é convencionado neste meio como uma ordem a ser providenciada por quem a ouve. Este tipo de ordem, por ser impositiva, não foi a preferida para ordens aos subordinados com baixa distância de poder.

Por último, observamos nos dados do teste do sinal que a questão da ordem indireta suavizada por meio de pergunta em forma de pedido foi a preferencial

para as ordens a subordinados de pequena distância hierárquica e alta proximidade social. Isso se deve ao fato de o superior lidar com o seu subordinado próximo na base da cooperação, sem que este se sinta coagido. Por essa escolha na interação, o interlocutor julga que a proteção da face é mais importante que o conteúdo impositivo da mensagem. Porém, esse subordinado partilha das convenções e expectativas de comportamento deste grupo social e infere que a solicitação, apesar de ser solidária e oferecer uma pretensa opção, deve ser cumprida.

Em contrapartida, podemos afirmar que houve um rechaço no questionário pela escolha da ordem indireta suavizada com o volitivo no futuro do pretérito em todas as situações, independentemente de poder, distância social ou pressa. Ocorreu essa baixa incidência, pois se trata de um marcador de muita polidez para uma ordem, dando margem a muita opção ao interlocutor e precisando de muita inferência de um subordinado de grande distância hierárquica. Por outro lado, é desnecessária toda essa cortesia e formalidade no trato para um subordinado próximo. Sendo assim, o uso do futuro do pretérito, que a gramática considera como o máximo de polidez, foi rechaçado nas enunciações de ordens nesse ambiente.

Na segunda parte de nossa análise descrevemos as estruturas empregadas no ato central por tipo de ordem, segundo classificação inédita proposta: ordem direta impositiva, ordem direta suavizada, ordem indireta impositiva e ordem indireta suavizada e chegamos à seguinte conclusão, apresentada no quadro a seguir, com relação à estrutura linguística:

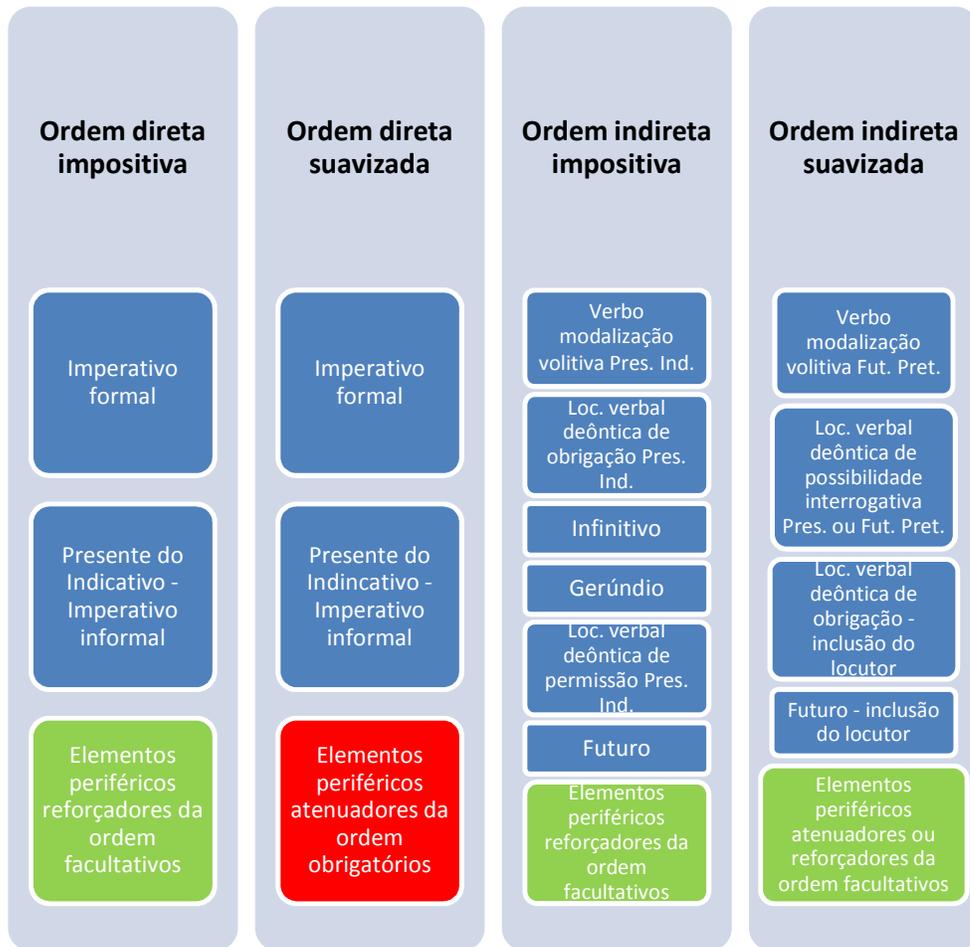


Figura 12²⁶ – Estrutura linguística dos quatro tipos de ordens

Os elementos periféricos ao ato central se mostraram obrigatórios na ordem direta suavizada porque a estrutura verbal utilizada é a mesma da ordem direta impositiva, ou seja, uma estrutura de caráter impositivo que é suavizado pela presença obrigatória de elementos periféricos como formas de tratamento e expressões formulaicas de cortesia. Já na ordem direta impositiva o uso de elementos periféricos reforçadores da ordem se mostraram facultativos, pois a própria estrutura verbal já carrega essa noção de imposição.

Com relação aos elementos periféricos ao ato central das ordens indiretas, estes são facultativos. Na indireta impositiva pode haver a presença de reforçadores como formas de tratamento que impõem e deixam clara a distância hierárquica ou advérbios de tempo ou de modo, para impor prazos e rapidez, que

²⁶ As estruturas verbais da ordem estão destacadas em quadros de fundo azul. A possibilidade da presença dos elementos periféricos facultativos está destacada em um quadro com fundo verde. A obrigatoriedade da presença dos elementos periféricos está destacada em um quadro com fundo vermelho.

vão ameaçar ainda mais a face do interlocutor. Já os atenuadores para este caso não foram encontrados no *corpus*, visto que para determinados contextos e em todas as comunidades de prática as regras do que é apropriado são negociadas. Logo, o interlocutor não se sente ofendido pela falta de uma expressão formulaica de cortesia como *por favor* em um contexto de urgência de execução de uma ordem dada por uma pessoa que detém um *status* de hierarquia maior. Além disso, junto ao enunciado do ato central pode haver atos subordinados que preparam o ouvinte para a ordem que virá ou outros atos que justificam e informam a finalidade da emissão da ordem.

No que tange aos elementos periféricos ao ato central das ordens indiretas suavizadas, constatamos a presença tanto de atenuadores quanto de reforçadores dos tipos já mencionados mais acima. Seu uso depende da intenção do falante e do grau de suavização que este quer dar a uma ordem já suavizada pela estrutura verbal.

Por fim, com relação aos tipos de atos subordinados ao ato central da ordem foram encontrados: prefaciador, justificativa, finalidade e cobrança. Os atos subordinados são opcionais e quando apareceram junto ao ato central desempenharam uma determinada função como introdução do assunto; reparação do discurso, levando a interação ao equilíbrio; reforço ou suavização do ato central.

Resta-nos enfatizar que nessa análise de dados, além da descrição das estruturas linguísticas, mostrou-se fundamental a análise da função, da intenção comunicativa e do emprego dos tipos de ordem dentro de um determinado contexto e tipo de relação existente entre os interagentes. Com isso, ratificamos que o ato de aprender uma língua não ocorre somente por meio da memorização de estruturas sintáticas e vocabulário, mas também através do aprendizado de como devemos interagir e nos comportar por meio do idioma. Essas expectativas fazem parte da cultura subjetiva de um povo, seja este povo de cultura de baixo ou de alto contexto, e dos grupos sociais de dada sociedade. Tanto o professor como o aluno, nesse caso de PL2E no meio militar, ao se conscientizarem do ensino/aprendizagem dessas características, poderão navegar melhor nos pormenores da língua alvo. O primeiro poderá ensinar com mais eficácia e o segundo, integrar-se melhor à nova cultura e conviver interculturalmente em maior harmonia, minimizando mal-entendidos e etnocentrismos.